

**ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.**  
**CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
**(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)**

---

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A ENGIE Brasil Energia S.A. (“Companhia” ou “ENGIE Brasil Energia” ou “EBE”) é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e a comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código EGIE3, estão listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Ademais, a ENGIE Brasil Energia negocia *American Depositary Receipts* (ADR) Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código EGIEY, pela relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela ENGIE Brasil Participações Ltda. (“ENGIE Participações”), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico ENGIE, sediado na França.

Em 31.12.2017, o grupo ENGIE no Brasil era o maior gerador privado do setor elétrico brasileiro, responsável por aproximadamente 7,2%<sup>5</sup> da capacidade instalada do país. A capacidade instalada da Companhia, incluindo as participações em consórcios de geração de energia, é de 7.868,1 MW. Desse total, 81,2% são oriundos de fontes hidrelétricas, 13,3% de termelétricas e 5,5% de energias complementares (geração eólica, solar, à biomassa e por meio de pequenas centrais hidrelétricas). A garantia física para fins de comercialização, em 31.12.2017, era de 4.428,1 MW médios. Em decorrência de revisão ordinária de garantia física de energia, realizada em 2017 pelo MME, a capacidade comercial da Companhia, a partir de 01.01.2018, passou a ser de 4.404,1 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por 31 usinas, sendo 11 hidrelétricas, sete termelétricas, destas, três a carvão, três à biomassa e uma a gás natural, nove parques eólicos, duas solares fotovoltaicas e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCH).

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2017 estão sumarizados a seguir:

---

<sup>5</sup> As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

**a) Entrada em operação comercial dos Parques Eólicos Cacimbas, Estrela e Ouro Verde**

No primeiro semestre de 2017, a Aneel autorizou o início da operação comercial dos Parques Eólicos Cacimbas, Estrela e Ouro Verde, pertencentes ao Complexo Eólico Santa Mônica ("CESM"), localizado no município de Trairi (CE), o que incrementou a capacidade instalada da Companhia em 70,2 MW e a capacidade comercial em 33,0 MW médios. Com isso, a totalidade dos parques eólicos que compõem o CESM (capacidade instalada de 97,2 MW e garantia física de 47,4 MW médios) passou a estar em operação comercial.

**b) Pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio do exercício de 2016**

Em 01.02.2017, foram pagos os juros sobre o capital próprio do exercício de 2016. O montante bruto creditado foi de R\$ 432.500, correspondentes a R\$ 0,6625893121 por ação.

**c) Potencial alienação de ativos de geração de energia a carvão**

Em 15.02.2017, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que mandatou o Banco Morgan Stanley S.A. para prestar assessoria financeira em uma sondagem de mercado, não vinculante, visando identificar potenciais compradores para seus ativos de geração de energia a carvão: (i) Complexo Termelétrico Jorge Lacerda ("CTJL") – com capacidade instalada de 857,0 MW; e (ii) Complexo Termelétrico Pampa Sul – composto pela usina em construção – Usina Termelétrica Pampa Sul, a qual terá capacidade instalada de 345,0 MW – e pelo projeto em desenvolvimento denominado Pampa Sul 2, cuja capacidade instalada é de 340,0 MW.

Em 13.12.2017, a Companhia concedeu direito de exclusividade para um potencial comprador dos ativos para realização de *due diligence*, a qual ainda não foi concluída até a data de apresentação dessas demonstrações contábeis. Adicionalmente, a Companhia ainda não recebeu proposta formal de compra dos ativos e não considera que a venda seja altamente provável de acordo com os requisitos da norma CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para a Venda. Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência do patrimônio do CTJL para a Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante"), empresa controlada pela EBE. A transferência ocorreu em 01.01.2018, por meio do aumento de capital da Diamante via integralização do ativo imobilizado e do estoque vinculados ao CTJL.

A potencial operação de alienação está em linha com a estratégia de descarbonização da ENGIE em todo o mundo, focada em atividades de baixa emissão de carbono, como geração de energia renovável, gás natural e infraestrutura.

**d) Conclusão das obras de modernização da Usina Hidrelétrica Salto Santiago**

Em 25.03.2017, foram concluídas as obras de modernização da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, as quais foram iniciadas ao final de 2012 e aumentaram a capacidade comercial da Usina em 24,2 MW médios. Os investimentos realizados em decorrência da modernização foram de, aproximadamente, R\$ 400.000, aplicados, principalmente, na aquisição de novos rotores para melhoria de rendimento das unidades geradoras.

**e) Acordo referente ao fornecimento de gás natural**

Em 24.05.2017, a Companhia e seu fornecedor de combustível celebraram um acordo judicial, o qual foi homologado em 20.06.2017, pondo fim a disputa judicial em função de divergência no que se refere à definição do preço do combustível. Do montante total atualizado do acordo, R\$ 246.099 já foram pagos e R\$ 109.437 serão quitados quando do recebimento dos valores da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Mais informações vide Nota 16 – Fornecedores e Nota 24 – Provisões.

**f) Pagamento de dividendos complementares do exercício de 2016**

Em 21.06.2017, foram pagos os dividendos complementares relativos ao exercício de 2016, no montante de R\$ 409.644, correspondentes a R\$ 0,6275749291 por ação.

**g) Aquisição das concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda**

A Companhia, em 27.09.2017, arrematou no Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, as Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, as quais possuem capacidade instalada de 424,0 MW e 408,0 MW e capacidade comercial de 341,0 MW médios e 198,2 MW médios, respectivamente. A EBE apresentou o maior valor de bonificação pela outorga para a geração de energia elétrica em regime de cotas, observando o percentual de 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Os 30% restantes serão destinados ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em 29.12.2017, a operação foi assumida pela Companhia, após o período de transição, denominado “operação assistida”, iniciado em 10.11.2017, data na qual os contratos de concessão foram assinados. O valor pago de bonificação pela outorga da concessão foi de R\$ 3.531.000. Mais informações vide Nota 10 – Ativo financeiro de concessão.

**h) Alienação de participações societárias**

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da controlada direta ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”) nas subsidiárias Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações, pelo valor de R\$ 320.541. As usinas pertencentes as controladas indiretas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios. Mais informações vide Nota 11 – Ativos não circulantes mantidos para venda.

**i) Aquisição do Complexo Eólico Umburanas**

Em 24.11.2017, a Companhia concluiu a aquisição, por meio de sua controlada direta ECP, da totalidade do capital social das empresas que compõem o Complexo Eólico Umburanas (“Projeto Umburanas”), localizado no estado da Bahia, pelo valor de R\$ 16.938. O Projeto Umburanas é composto pelo direito de implantação e de operação de um potencial eólico com capacidade instalada de 605,0 MW, dos quais 360,0 MW deverão ser implementados até meados de 2019. O total de 257,5 MW de capacidade instalada serão destinados ao mercado livre e os demais 102,5 MW foram comercializados no Leilão A-5/2014 promovido pela Aneel. Os 245,0 MW remanescentes permanecerão no portfólio da Companhia para desenvolvimento futuro. Mais informações vide Nota 13 – Investimentos.

**j) Emissão de notas promissórias**

Em 27.11.2017, as controladas diretas Companhia Energética Jaguará (“Jaguará”) e Companhia Energética Miranda (“Miranda”) emitiram notas promissórias no valor de R\$ 1.320.000 e de R\$ 780.000, respectivamente, para financiar o pagamento de parte da bonificação pela outorga da concessão. Mais informações vide Nota 18 – Debêntures e notas promissórias.

**k) Contratação de empréstimos**

Em outubro e novembro de 2017, a Companhia contratou empréstimos junto a instituições financeiras situadas no exterior no montante US\$ 500.000, equivalente a R\$ 1.631.280, e, concomitantemente, firmou operações de proteção (*swap*) com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira na qual o empréstimo foi contratado, com o intuito de proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuro. Esses empréstimos foram destinados, substancialmente, ao aporte de capital nas controladas Jaguará e Miranda para o pagamento da bonificação pela outorga das concessões. Informações complementares podem ser encontradas na Nota 17 – Empréstimos e financiamentos.

**l) Participação no Leilão de Transmissão nº 02/2017**

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.050 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) apresentada pela Companhia foi de R\$ 231.725, com deságio de 34,8% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R\$ 355.407.

O prazo da concessão do serviço público de transmissão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contado da data de assinatura do contrato de concessão, prevista para ocorrer em 09.03.2018.

**m) Entrada em operação do Central Fotovoltaica Assú V (“Assú V”)**

Em 23.12.2017, a Aneel autorizou o início da operação comercial da controlada indireta Central Fotovoltaica Assú V, localizada no município de Assú (RN), tendo incrementado a capacidade instalada da Companhia em 30,0 MW e a capacidade comercial em 9,2 MW médios.

**n) Capital circulante líquido**

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço de 31.12.2017 decorre, substancialmente, da contratação de notas promissórias e empréstimos para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, com vencimento previsto para 2018. O pagamento das notas promissórias ocorrerá por meio de emissão de dívida de longo prazo junto ao mercado de capitais ou instituições financeiras, conforme mencionado na Nota 18 – Debêntures e notas promissórias, ou, se necessário, através de recursos gerados pelas atividades operacionais da ENGIE Brasil Energia.

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional e considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia está apresentando um conjunto único contendo essas demonstrações contábeis:

#### a.1) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador do setor elétrico brasileiro, a Aneel.

#### a.2) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da ENGIE Brasil Energia, identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão convergentes com as normas IFRS, exceto pelo registro da operação controlada em conjunto na Itá Energética S.A. que, pelas normas brasileiras, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, segundo as IFRS, pelas regras aplicáveis às operações controladas em conjunto, é previsto que os ativos, os passivos e os resultados sejam reconhecidos de forma proporcional à sua participação no investimento.

Não há diferenças entre o patrimônio líquido e os resultados da controladora e do consolidado constantes, respectivamente, das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente mencionadas.

### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia.

### c) Segmento de negócios

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e de comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou comprada por meio de contratos de médio e de longo prazo. Tal segmento concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2017 e 2016.

### d) Demonstrações dos resultados de operações descontinuadas

Nos exercícios apresentados, a Companhia não teve descontinuidade em suas operações que demandassem a divulgação de resultados de operações descontinuadas.



**e) Lucro líquido por ação – básico e diluído**

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

**f) Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA)**

A Companhia elaborou as Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

**g) Uso de estimativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, ao seguinte: (i) vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a estabelecida pela Aneel; (ii) provisões para cobrir riscos cíveis, fiscais e trabalhistas; (iii) definição das taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente de ativos e de passivos, em especial o valor presente do “Ativo financeiro de concessão” e das “Concessões a pagar”; (iv) premissas usadas para definição das taxas de descontos e da tábua de mortalidade para os cálculos das obrigações com benefícios de aposentadoria; (v) cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros; e (vi) apuração do valor recuperável de ativos (*impairment*).

**h) Aprovação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 22.02.2018.

**i) Base de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da ENGIE Brasil Energia, de suas controladas e de uma operação em conjunto, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. As empresas consolidadas com a ENGIE Brasil Energia são estas:

		Participação no capital (%)	
	Investidora	31.12.2017	31.12.2016
<b>Controladas integrais diretas</b>			
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”)	EBE	99,99	99,99
Companhia Energética Estreito (“CEE”)	EBE	99,99	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (“Lages”)	EBE	99,99	99,99
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”) <sup>6</sup>	EBE	99,99	99,99
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (“Pampa Sul”)	EBE	99,99	99,99
Usina Termelétrica Norte Catarinense Ltda. (“Norte Catarinense”)	EBE	99,99	99,99
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”)	EBE	99,99	99,99
Companhia Energética Jaguará (“Jaguara”)	EBE	99,99	-
Companhia Energética Miranda (“Miranda”)	EBE	99,99	-
Diamante Geração de Energia Ltda. (“Diamante”)	EBE	99,99	-
ENGIE Transmissão de Energia Ltda. (“ETE”)	EBE	99,99	-
<b>Operação em conjunto</b>			
Itá Energética S.A. (“Itasa”)	EBE	48,75	48,75
<b>Controladas indiretas</b>			
Tupan Energia Elétrica Ltda. (“Tupan”)	ECP	99,99	99,99
Hidropower Energia S.A. (“Hidropower”)	ECP	99,99	99,99
Ibitiúva Bioenergética S.A. (“Ibitiúva”)	ECP	95,00	95,00
Ferrari Termoelétrica S.A. (“Ferrari”)	ECP	99,99	99,99
Energias Eólicas do Nordeste S.A. (“EEN”) <sup>6</sup> e controladas <sup>7</sup>	ECP	99,99	99,99
Energias Eólicas do Ceará S.A. (“EEC”) <sup>6</sup> e controladas <sup>7</sup>	ECP	99,99	99,99
CLWP Brasil Participações Ltda. (“CLWP”) <sup>6</sup> e controladas <sup>7</sup>	ECP	99,99	99,99
CLWP Brasil II Participações Ltda. (“CLWP II”) <sup>6</sup> e controladas <sup>7</sup>	ECP	99,99	99,99
Santo Agostinho Participações Ltda. e parques eólicos Santo Agostinho <sup>7</sup>	ECP	99,99	99,99
Alvorada Participações Ltda. (“Alvorada”) <sup>6</sup> e controladas	ECP	99,99	99,99
Central Fotovoltaica Assú I, II, III, IV e V (“Assú”) <sup>7</sup>	ECP	99,99	99,99
Parques Eólicos Umburanas (“Umburanas”) <sup>7</sup>	ECP	99,99	-
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (“Areia Branca”)	ECP	-	99,99
Eólica Beberibe S.A. (“Beberibe”)	ECP	-	99,99
Eólica Pedra do Sal S.A. (“Pedra do Sal”)	ECP	-	99,99
<b>Fundo de investimento exclusivo</b>			
Fundo de Investimento Energy Renda Fixa <sup>8</sup>	-	100	100

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da operação em conjunto "Itasa" são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia.

A controlada indireta Ibitiúva é consolidada integralmente. A participação do acionista não controlador de 5% em seu capital social está apresentada de forma segregada nos balanços patrimoniais, nas demonstrações dos resultados e nas demonstrações dos resultados abrangentes consolidados, com a denominação "Participação de acionista não controlador", "Lucro atribuído ao acionista não controlador" e "Resultado atribuído ao acionista não controlador", respectivamente.

<sup>6</sup> Holding.

<sup>7</sup> Para maiores informações vide Nota 13 – Investimentos.

<sup>8</sup> Fundo de investimento de renda fixa no qual participam a ENGIE Brasil Energia e suas controladas, administrado pela Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.

#### **j) Sistema EmpresasNet (ENET)**

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet – ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

---

### **NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram aplicadas de forma consistente pela Companhia entre os exercícios sociais apresentados.

#### **a) Instrumentos financeiros**

##### **a.1) Caixa e equivalentes de caixa**

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, pelos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

##### **a.2) Contas a receber de clientes**

São registradas inicialmente pelo valor da venda ou da cobrança e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Essas perdas estimadas são reconhecidas quando há expectativa de perda no valor recuperável e constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir os prováveis riscos de perda.

##### **a.3) Depósitos vinculados**

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

##### **a.4) Ativo financeiro de concessão**

É registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros resultantes do Retorno da Bonificação da Outorga (RBO) e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O RBO será recebido por meio da venda de energia a distribuidoras no ACR pelo regime de cotas, estando livre dos riscos de demanda, de mercado e hidrológicos.

##### **a.5) Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.



#### **a.6) Concessões a pagar**

São registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente das obrigações contratadas.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação, os valores correspondentes às concessões são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo.

#### **b) Instrumentos financeiros derivativos**

São mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia e suas controladas correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e de taxa de juros de dívidas e de compromissos futuros, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

##### **b.1) Contabilidade de *hedge***

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

As operações de *hedge* da Companhia e de suas controladas que se qualificam para a contabilidade de *hedge* são estas:

##### **b.1.1) Hedge de valor justo**

Os *hedges* para a proteção das variações cambiais e de taxas de juros dos empréstimos em moeda estrangeira da Companhia são designados como “Hedge de valor justo”. Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes da mensuração ao valor justo dos empréstimos e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro.

##### **b.1.2) Hedge de fluxo de caixa**

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e de serviços para o ativo imobilizado são designados como “Hedge de fluxo de caixa”. Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

#### **c) Estoques**

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

#### **d) Depósitos judiciais**

São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

#### **e) Ativo não circulante mantido para venda**

É classificado como mantido para venda quando o seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de venda e não por meio do seu uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e sua venda for considerada altamente provável. Esse ativo é mensurado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, e apresentado de forma segregada no balanço patrimonial.

#### **f) Investimentos**

##### **f.1) Investimentos em empresas controladas direta ou indiretamente**

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

##### **f.2) Investimentos em negócios em conjunto**

Os negócios em conjunto são aqueles nos quais a Companhia e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como *joint ventures* ou operações em conjunto, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais dos investidores.

Os investimentos em *joint ventures* são inicialmente contabilizados pelo valor de custo e posteriormente reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

A participação na operação em conjunto em entidades com personalidade jurídica é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da citada operação em conjunto são reconhecidos de forma proporcional à participação no negócio.

Adicionalmente, a Companhia detém participações em consórcios (entidades sem personalidade jurídica). Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

##### **f.3) Combinação de negócios e “mais valia” na aquisição de investimentos**

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como “mais valia”, cujo fundamento econômico está relacionado, substancialmente, aos direitos pelo uso do bem público de uma das empresas adquiridas.

## **g) Imobilizado**

### **g.1) Mensuração**

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos empréstimos, dos financiamentos e das debêntures relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis no Brasil, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído ao ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No consolidado, a Companhia reconheceu os valores justos dos intangíveis decorrentes dos direitos de concessão ou de autorização pelo uso do bem público, adquiridos em uma combinação de negócios, como um único ativo no grupo do ativo imobilizado. Esse procedimento foi adotado devido à impossibilidade desses intangíveis e bens do imobilizado serem vendidos ou transferidos separadamente e devido à similaridade entre os períodos de vigência dos referidos direitos e as vidas úteis dos ativos.

### **g.2) Depreciação**

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão ou da autorização das usinas.

## **h) Intangível**

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

### **i) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *Impairment***

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

#### **j) Provisões**

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco de perda possível e remoto não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa, quando relevantes.

#### **k) Obrigações com benefícios de aposentadoria**

São reconhecidas pelo valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de pensão com benefício de aposentadoria definido, líquido do montante dos ativos garantidores do plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumulados para o cômputo da obrigação estimada final.

Os efeitos das remensurações anuais das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidos dos ativos dos planos, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

#### **l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados individualmente por entidade de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Os impostos e as contribuições sociais correntes e diferidos são apresentados no ativo ou no passivo, de forma líquida, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há a intenção de quitação pelo valor líquido.

#### **m) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

**n) Instrumentos de patrimônio**

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de sua emissão, quando aplicável.

**o) Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio**

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nestas ocasiões: (i) dividendos intercalares – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio – na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento nas “Demonstrações dos Fluxos de Caixa”.

**p) Ajuste a valor presente**

Os ativos e os passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

**q) Transações entre partes relacionadas**

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

**r) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e das contribuições incidentes sobre ela. A receita de venda de energia e de serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e (v) a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

**s) Contratos de arrendamento (*leasing*)**

Os arrendamentos da Companhia são avaliados como operacionais, sendo os valores contratados reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.



#### **t) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e dos seus passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, de premissas ou de condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e as premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

##### **t.1) Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas de câmbio futuro e de taxas de juros de longo prazo.

##### **t.2) Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens – limitadas ao prazo da concessão ou da autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando eles são necessários.

##### **t.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

#### **t.4) Obrigações com benefícios de aposentadoria**

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando estas práticas: (i) os compromissos futuros decorrentes dos planos de benefício de pensão são descontados ao valor presente com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com duração média (*duration*) similar à esperada para pagamento dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos dos planos de pensão são avaliados pelos seus valores de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade, estimativas de inflação, de previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas.

#### **t.5) Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

São definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

#### **u) Novas normas, alterações e interpretações**

##### **u.1) Aplicáveis às demonstrações contábeis de 31.12.2017**

As normas internacionais de relatórios financeiros novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em ou após 01.01.2017, foram adotadas nas demonstrações contábeis e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período:

- Alterações à IAS 7 – Iniciativa de divulgação;
- Alterações à IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e
- Revisão anual do IASB do ciclo 2014-2017, a qual faz alterações a estas normas: IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades e IAS 28 – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto.

##### **u.2) Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas**

A partir do exercício iniciado em 01.01.2018, os pronunciamentos contábeis CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) tornam-se efetivos. Adicionalmente, a partir de 01.01.2019 estará vigente a revisão do CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16). A Companhia não adotou essas normas nessas demonstrações contábeis.

### u.2.1) CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15)

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada, e substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 – Receitas (IAS 18), o CPC 17 – Contratos de construção (IAS 11) e o CPC 30 Interpretação A – Programas de fidelidade com o cliente (IFRIC 13).

A Companhia planeja adotar o CPC 47 ao período comparativo apresentado na data inicial, ou seja, 01.01.2017. Adicionalmente, é planejado utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos, o que significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia, em sua avaliação, não estima quaisquer impactos importantes em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em decorrência da aplicação dessa norma.

### u.2.2) CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

O CPC 48 substitui o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (IAS 39) e estabelece novas exigências para a classificação, a mensuração, o *impairment*, a contabilidade de *hedge* e o reconhecimento de ativos e de passivos financeiros.

#### - Classificação – Ativos Financeiros

A nova norma traz uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38.

Com base na sua avaliação, a Companhia não espera que os novos requerimentos de classificação tenham impacto na contabilização de seus ativos financeiros. A apresentação dos saldos de 31.12.2017, individual e consolidado, a serem apresentados quando da aplicação da nova norma, para fins comparativos, será:

Apresentação conforme CPC 48	31.12.2017	
	Controladora	Consolidado
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.331	21.809
Contas a receber de clientes	689.885	1.058.469
Dividendos a receber de clientes	30.550	-
Depósitos vinculados	20.297	246.912
Combustível a reembolsar	44.089	44.089
Ativo financeiro de concessão	-	2.521.336
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	1.302.684	1.908.261
<i>Hedge</i> de valor justo sobre empréstimos	18.207	18.207
	<b>2.108.043</b>	<b>5.819.083</b>

### **- Redução no valor recuperável (*Impairment*) – Ativos financeiros**

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exige que a Companhia exerça um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quais sejam.

(i) Caixa, depósitos bancários à vista e depósitos vinculados: são detidos com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes.

(ii) Contas a receber de clientes e outros recebíveis: a Companhia calculou as perdas estimadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Os valores de contas a receber de clientes não possuem componentes financeiros significativos, motivo pelo qual a Companhia aplicou, em sua análise, uma abordagem simplificada, na qual a avaliação da perda esperada se dá pela vida inteira do ativo. Adicionalmente, para o cálculo das perdas esperadas foi utilizado uma matriz, a partir da segregação dos clientes com base em características comuns. É necessário destacar que a Companhia não possui histórico de perdas.

(iii) Ativo financeiro de concessão: a bonificação pela outorga das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado.

### **- Classificação – Passivos financeiros**

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros, exceto quanto ao tratamento do valor justo de passivos designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, motivo pelo qual não estima impactos na classificação dos passivos financeiros em 01.01.2018.

### **- Contabilidade de *hedge***

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da companhia e que seja aplicada uma abordagem qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*.

A Companhia, com o objetivo de proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do dólar norte americano, possui operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e as mesmas datas de vencimento dos juros e do principal.

Adicionalmente, a Companhia mantém contratado *Non-Deliverable Forward* (NDF), com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da Usina Termelétrica Pampa Sul.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e não espera efeitos significativos na adoção da norma supracitada.

### u.2.3) CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil (IAS 17) e o ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil (IFRIC 3).

A norma introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do *leasing* tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo se manter a classificação dos contratos de *leasing* como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada dos impactos resultantes da aplicação da norma. O impacto real da aplicação do CPC 06 nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data e da avaliação da Companhia se irá exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. Devido às diferentes alternativas disponíveis e à complexidade das estimativas, a Companhia ainda não concluiu a sua avaliação, motivo pelo qual não apresentou nessas demonstrações contábeis uma estimativa do impacto da aplicação inicial da revisão do CPC 06.

Os contratos identificados até o presente momento que estão abrangidos pela nova norma são: contratos de utilização do edifício da sede administrativa e os arrendamentos das áreas onde estão ou serão instalados os parques eólicos. Quando da aplicação da norma, tais contratos de arrendamento serão reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de uma obrigação.

A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) descritos na Nota 17 – Empréstimos e financiamentos e na Nota 18 – Debêntures e notas promissórias, caso as mencionadas obrigações passem a ser incluídas nos cálculos dos *covenants*.

## NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários à vista	2.331	1.418	21.809	12.007
<b>Aplicações financeiras</b>				
Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	1.302.541	1.173.841	1.899.491	1.793.540
Outras aplicações financeiras	143	-	8.770	9.793
	<b>1.302.684</b>	<b>1.173.841</b>	<b>1.908.261</b>	<b>1.803.333</b>
	<b>1.305.015</b>	<b>1.175.259</b>	<b>1.930.070</b>	<b>1.815.340</b>



As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, na concentração dos recursos no Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE são transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador, possuindo liquidez imediata, remuneração baseada na Selic e lastro em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2017 e de 2016 foi de 99,9% e de 99,8% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

## NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Distribuidoras	248.206	286.312	309.080	386.139
Comercializadoras	182.214	153.436	78.148	21.384
Consumidores livres	23.969	24.802	373.494	329.956
Transações realizadas na CCEE	241.676	46.978	304.216	93.069
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(6.180)	(6.180)	(6.469)	(6.469)
	<b>689.885</b>	<b>505.348</b>	<b>1.058.469</b>	<b>824.079</b>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A composição dos valores a receber vencidos apresentados no ativo circulante é esta:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Vencidas até 30 dias	503	431	3.442	1.153
Vencidas há mais de 30 dias	6.920	10.047	7.626	12.332
	<b>7.423</b>	<b>10.478</b>	<b>11.068</b>	<b>13.485</b>

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas sobre os valores a receber vencidos para os quais o risco de perda na sua recuperação é provável.

Além das perdas estimadas acima mencionadas, a Companhia também reconheceu perdas estimadas de valores a receber relativos a transações realizadas no Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, entre os anos de 2000 a 2002. As naturezas e os valores das referidas transações são estes:

(i) R\$ 110.598 – corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no MAE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, que não foram recebidos em função de determinados agentes devedores terem ingressado com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A estimativa de perda foi constituída em virtude das dúvidas quanto ao recebimento dos valores relativos às referidas transações.



(ii) R\$ 12.388 – refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais a longa data. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

## NOTA 6 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Almoxarifado	60.058	57.711	62.445	59.987
Insumos para produção de energia	36.219	49.159	37.089	50.305
Redução ao valor realizável líquido	(1.987)	(6.194)	(1.987)	(6.194)
Outros	656	1.409	702	1.443
	<b>94.946</b>	<b>102.085</b>	<b>98.249</b>	<b>105.541</b>

## NOTA 7 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Circulante</b>				
PIS <sup>9</sup> e Cofins <sup>10</sup>	-	-	7.340	5.633
ICMS <sup>11</sup>	18.657	40.063	21.377	40.659
INSS	-	6.288	-	6.288
	<b>18.657</b>	<b>46.351</b>	<b>28.717</b>	<b>52.580</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Ativo circulante	9.709	10.457	15.674	14.589
Ativo não circulante	8.948	35.894	13.043	37.991
	<b>18.657</b>	<b>46.351</b>	<b>28.717</b>	<b>52.580</b>

<sup>9</sup> Programa de Integração Social.

<sup>10</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

<sup>11</sup> Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte.

## NOTA 8 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Garantias de financiamento	9.095	8.406	225.516	180.183
Garantias de compromissos contratuais	-	-	1.094	6.264
Garantias de posição devedora na CCEE	7.510	65	11.088	76
Depósitos para reinvestimento	3.241	2.420	3.241	2.420
Outros	451	94	5.973	5.585
	<b>20.297</b>	<b>10.985</b>	<b>246.912</b>	<b>194.528</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Ativo circulante	10.751	2.485	15.423	8.760
Ativo não circulante	9.546	8.500	231.489	185.768
	<b>20.297</b>	<b>10.985</b>	<b>246.912</b>	<b>194.528</b>

As garantias de financiamento visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os bancos repassadores e são constituídas, em sua maioria, pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e às despesas contratuais de operação e de manutenção para as usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

A rentabilidade média dos depósitos vinculados nos anos de 2017 e 2016 foi de 99,9% e 98,6% do CDI, respectivamente.

## NOTA 9 – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
UHE Itá	45.633	49.690	45.633	49.690
UHE Cana Brava	35.537	38.696	35.537	38.696
UHE Ponte de Pedra	18.571	22.165	18.571	22.165
UHE São Salvador	18.182	19.376	18.182	19.376
UHE Machadinho	11.414	12.428	11.414	12.428
UHE Salto Santiago	10.060	21.034	10.060	21.034
UHE Estreito	-	-	31.617	33.690
	<b>139.397</b>	<b>163.389</b>	<b>171.014</b>	<b>197.079</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Ativo circulante	23.991	23.991	26.064	26.064
Ativo não circulante	115.406	139.398	144.950	171.015
	<b>139.397</b>	<b>163.389</b>	<b>171.014</b>	<b>197.079</b>

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo às usinas da Companhia cuja energia estava vendida no ACR. Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF).

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os “prêmios de risco” devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>187.379</b>	<b>223.143</b>
Amortização do “prêmio de risco”	(23.990)	(26.064)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>163.389</b>	<b>197.079</b>
Amortização do “prêmio de risco”	(23.992)	(26.065)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>139.397</b>	<b>171.014</b>

#### b) Expectativa de realização do ativo não circulante

	Controladora	Consolidado
2019	13.016	15.090
2020	13.016	15.090
2021	13.016	15.090
2022	13.016	15.090
2023	10.021	12.094
2024 a 2028	47.110	57.477
2029 a 2033	6.211	15.019
	<b>115.406</b>	<b>144.950</b>

#### NOTA 10 – ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Em 27.09.2017, a Aneel realizou o Leilão de Concessões não Prorrogadas (Leilão 001/2017), no qual a Companhia foi vencedora de dois lotes, correspondentes às concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda e consequente alocação em cotas de suas garantias físicas de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e suas alterações.

A assinatura dos contratos de concessão dessas usinas, ocorrida em 10.11.2017, permite a exploração das concessões pelos próximos 30 anos, a contar de 29.12.2017.

A Usina Hidrelétrica Jaguará (“UHE Jaguará”) está localizada no município de Rifaina (SP), iniciou sua operação comercial em 1971 e sua capacidade instalada e garantia física é de 424,0 MW e 341,0 MW médios, respectivamente. Já a Usina Hidrelétrica Miranda (“UHE Miranda”), localizada no município de Indianópolis (MG), iniciou sua operação comercial em 1998 e possui capacidade instalada de 408,0 MW e garantia física de 198,2 MW médios.

A capacidade instalada das usinas será destinada na proporção de 70% ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL. A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui riscos de demanda, de mercado e hidrológicos.

A bonificação pela outorga por 30 anos das UHE Jaguará e Miranda foi de R\$ 2.171.000 e de R\$ 1.360.000, respectivamente. O pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017.

A Companhia procedeu ao cálculo do valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR, com base na taxa de desconto antes dos impostos, apurada para a finalidade desse cálculo, de 6,9% a.a., a qual melhor representa a expectativa de retorno dessa parcela dos investimentos. O montante apurado compreende um direito incondicional da Companhia de receber caixa, durante o período de concessão e, por isso, foi classificado como ativo financeiro.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado		
	UHE Jaguará	UHE Miranda	Total
<b>Saldos em 01.01.2017</b>	-	-	-
Bonificação pela outorga	1.550.673	948.777	2.499.450
Juros	21.913	13.402	35.315
Variação monetária	7.811	4.791	12.602
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>1.580.397</b>	<b>966.970</b>	<b>2.547.367</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>			
Ativo circulante	187.304	114.600	301.904
Ativo não circulante	1.393.093	852.370	2.245.463
	<b>1.580.397</b>	<b>966.970</b>	<b>2.547.367</b>

**a) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante**

	Consolidado		
	UHE Jaguará	UHE Miranda	Total
2019	140.732	86.105	226.837
2020	127.281	77.875	205.156
2021	115.141	70.448	185.589
2022	104.162	63.731	167.893
2023	94.230	57.654	151.884
2024 a 2028	352.217	215.503	567.720
2029 a 2047	459.330	281.054	740.384
	<b>1.393.093</b>	<b>852.370</b>	<b>2.245.463</b>



## NOTA 11 – ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

As principais categorias dos ativos e dos passivos mantidos para venda são estas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Imobilizado mantido para venda	5.569	10.922	5.569	10.922
Investimentos mantidos para venda				
Ativos	-	-	-	408.681
Passivos relacionados aos ativos	-	-	-	(159.496)
<b>Ativo líquido</b>	-	-	-	<b>249.185</b>
	<b>5.569</b>	<b>10.922</b>	<b>5.569</b>	<b>260.107</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Ativo	5.569	10.922	5.569	419.603
Passivo <sup>12</sup>	-	-	-	(159.496)
	<b>5.569</b>	<b>10.922</b>	<b>5.569</b>	<b>260.107</b>

### a) Imobilizado mantido para venda

Refere-se aos bens do empreendimento termelétrico não operacional Jacuí, que haviam sido concedidos em garantia e foram recebidos em decorrência de sentença favorável à Companhia, em 2014, em ação de execução movida para a cobrança de valores a receber decorrentes da venda da referida usina.

A Companhia está em processo de venda dos ativos e com base em cotação de preços para ativos não operacionais similares (Nível 2) reconheceu provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) nos anos de 2016 e 2017, conforme demonstrado na mutação a seguir.

	Controladora e Consolidado
<b>Saldo em 01.01.2016</b>	<b>86.886</b>
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(75.964)
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>10.922</b>
Baixa pela alienação dos bens	(2.962)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(2.391)
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>5.569</b>

### b) Investimentos mantidos para venda

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23.12.2016, aprovou a alienação das controladas indiretas Beberibe e Pedra do Sal, as quais detêm autorização outorgada pela Aneel para explorar dois parques eólicos com capacidade instalada de 25,6 MW e 18,0 MW, respectivamente; e Areia Branca, detentora de autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, com capacidade instalada de 19,8 MW.

<sup>12</sup> Apresentado na rubrica "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda".

O fechamento da operação de alienação das empresas ocorreu em 31.10.2017, após o atingimento das condições precedentes acordadas. O valor de venda, após os ajustes de preço, líquido do PIS e da Cofins, foi de R\$ 320.541, dos quais R\$ 210.859 foram recebidos na data do fechamento. O montante a receber atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até 31.12.2017 é de R\$ 111.752 e está apresentado na rubrica de “Outros ativos circulantes”. Adicionalmente, a Companhia incorreu em despesas de venda no valor de R\$ 2.933. Os ativos mantidos para venda estavam mensurados pelo valor contábil, o qual, em 31.10.2017, era de R\$ 260.716. Com isso, o resultado na alienação de investimentos apresentado na demonstração do resultado da Companhia foi de R\$ 56.892.

## NOTA 12 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fiscais e previdenciárias	75.136	125.900	75.945	126.645
Cíveis	18.784	17.711	19.318	18.175
Trabalhistas	4.726	4.779	4.832	4.910
	<b>98.646</b>	<b>148.390</b>	<b>100.095</b>	<b>149.730</b>

Em setembro de 2017, ocorreu a liberação de depósitos vinculados a processos transitados em julgado em favor da Companhia no montante de R\$ 55.212. A ação requeria a manutenção da sistemática de não cumulatividade para a apuração do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes de contratos com “preços predeterminados”.

Do montante total dos depósitos judiciais, R\$ 21.650 (R\$ 20.809 em 31.12.2016), na controladora e no consolidado, estão diretamente relacionados a contingências de risco provável, reconhecidas como provisão no passivo da Companhia.

### b) Mutação

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>130.020</b>	<b>132.480</b>
Adições	12.149	12.489
Atualizações	9.345	9.675
Baixas e resgates	(3.124)	(3.125)
Reclassificação para ativos não circulantes mantidos para venda	-	(1.789)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>148.390</b>	<b>149.730</b>
Adições	1.452	7.251
Atualizações	5.890	6.112
Baixas e resgates	(57.086)	(62.601)
Reclassificação para ativos não circulantes mantidos para venda	-	(397)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>98.646</b>	<b>100.095</b>

## NOTA 13 – INVESTIMENTOS

### a) Composição

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	7.445.053	4.368.111
Mais valia na aquisição de investimentos	68.016	70.556
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	10.684	3.473
	<b>7.523.753</b>	<b>4.442.140</b>

### b) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Saldos em 31.12.2016	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.12.2017
Itasa	254.655	-	-	10.788	(18.072)	-	247.371
CEE	1.100.780	-	-	135.154	(169.053)	-	1.066.881
Lages	42.985	-	-	17.784	(22.467)	-	38.302
EBC	136.806	-	-	162.391	(18.584)	-	280.613
ECP	1.989.942	648.617	(150.000)	260.810	(191.000)	14.418	2.572.787
Pampa Sul	833.924	875.826	-	73.644	-	(20.801)	1.762.593
Jaguara	-	854.319	-	16.292	(1.547)	-	869.064
Miranda	-	582.573	-	9.746	(926)	-	591.393
ECV	4.403	600	-	299	-	-	5.302
ENGIE Solar	1.027	8.012	-	(1.883)	-	-	7.156
Outros	3.589	2	-	-	-	-	3.591
	<b>4.368.111</b>	<b>2.969.949</b>	<b>(150.000)</b>	<b>685.025</b>	<b>(421.649)</b>	<b>(6.383)</b>	<b>7.445.053</b>

  

	Saldos em 01.01.2016	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.12.2016
Itasa	285.485	-	8.591	(39.421)	-	254.655
CEE	1.041.035	-	78.354	(18.609)	-	1.100.780
Lages	43.796	-	(811)	-	-	42.985
EBC	233.844	-	132.606	(229.644)	-	136.806
ECP	1.679.074	255.137	153.411	-	(97.680)	1.989.942
Pampa Sul	362.389	629.519	28.300	-	(186.284)	833.924
ECV	-	4.400	3	-	-	4.403
ENGIE Solar	-	3.859	(2.832)	-	-	1.027
Outros	1	3.588	-	-	-	3.589
	<b>3.645.624</b>	<b>896.503</b>	<b>397.622</b>	<b>(287.674)</b>	<b>(283.964)</b>	<b>4.368.111</b>

Os recursos decorrentes do aumento de capital na ECP e Pampa em 2017 se destinaram principalmente às construções do Complexo Eólico Campo Largo, da Usina Fotovoltaica Assú V e da Usina Termelétrica Pampa Sul.

Já os aumentos de capital em Jaguará e Miranda foram designados ao pagamento da bonificação pela outorga da concessão dessas usinas hidrelétricas, as quais foram arrematadas no Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, em setembro de 2017.

A restituição de capital social ocorrida em 2017 na controlada ECP se deu em função da liberação do financiamento pelo BNDES em 2017 para as quatro Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Complexo Eólico Santa Mônica, as quais vinham financiando a construção de suas usinas com capital próprio até a liberação do financiamento.

#### **b.1) Informações das principais subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2017**

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido ajustado	Receita líquida	Lucro líquido (Prejuízo) ajustado	Participação
Itasa	510.135	547.936	40.508	507.428	168.195	22.129	48,75
CEE	920.380	2.357.189	1.290.308	1.066.881	479.169	135.154	99,99
Lages	30.530	40.867	2.565	38.302	45.689	17.784	99,99
EBC	4.200	649.007	368.394	280.613	3.685.073	162.391	99,99
ECP	2.107.024	3.216.427	723.272	2.576.918	403.327	261.957	99,99
Pampa Sul	600.000	1.695.329	42.834	1.762.593	-	73.644	99,99
Jaguara	854.319	2.201.594	1.332.530	869.064	31.836	16.292	99,99
Miranda	582.573	1.378.898	787.505	591.393	19.520	9.746	99,99
ECV	5.000	5.306	4	5.302	-	299	99,99
ENGIE Solar	39	25.920	11.608	14.312	26.912	(3.766)	50,00

#### **Acionista não controlador**

A participação do acionista não controlador da Ibitiúva no patrimônio líquido e no lucro líquido da ECP acima apresentados é de R\$ 4.131 e R\$ 1.147, respectivamente.

#### **Juros capitalizados**

A ENGIE Brasil Energia captou recursos por meio de empréstimos e de debêntures para aplicação na construção dos Complexos Eólicos Campo Largo e Santa Mônica e da Usina Fotovoltaica Assú V, investimentos que são parte da ECP, e da Usina Termelétrica Pampa Sul, empreendimento de Pampa Sul. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados nos ativos em construção nas demonstrações contábeis consolidadas e reconhecidos no resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações da controladora.

No exercício de 2017, os juros capitalizados na ECP e Pampa Sul foram de R\$ 33.714 e R\$ 74.753 (R\$ 35.000 e R\$ 28.782 em 2016), respectivamente. No acumulado até 31.12.2017, os valores capitalizados nas mesmas controladas foram de, respectivamente, R\$ 83.763 e R\$ 110.098. No quadro acima, os montantes de “Patrimônio líquido ajustado” e de “Lucro líquido (Prejuízo) ajustado” contemplam os itens descritos anteriormente.



### c) “Mais valia” na aquisição de investimentos – Controladora

Nesta rubrica está registrada, substancialmente, a “mais valia” (direitos de concessão e direitos adquiridos) paga na aquisição da controlada direta CEE, que tem como fundamento econômico os direitos sobre a concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica, e que foi definida com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa, obtidas por meio de avaliações econômico-financeiras. Essa “mais valia” está sendo amortizada de forma linear pelo prazo do contrato de concessão da usina, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições destes investimentos ocorrerão ao longo deste prazo. Em 2017 e 2016, o montante amortizado foi de R\$ 3.341.

### d) Informações sobre as subsidiárias

#### d.1) Itá Energética S.A. (“Itasa”) – operação em conjunto

A ENGIE Brasil Energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mantêm uma operação em conjunto na Itasa, ambas com participação equivalente a 48,75% do capital votante e integralizado da sociedade.

A Companhia e a Itasa são as detentoras dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai (SC/RS), por meio de consórcio, do qual a Itasa participa com 60,5% e a ENGIE Brasil Energia com 39,5%.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da Itasa, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da ENGIE Brasil Energia na proporção de sua participação no capital da sociedade, posto que ela possui personalidade jurídica própria.

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2016</b>
<b>ATIVO</b>		
Ativo circulante	36.070	33.763
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	27.460	29.219
Imobilizado	484.396	516.179
Intangível	10	8
<b>TOTAL</b>	<b>547.936</b>	<b>579.169</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Passivo circulante	37.036	53.781
Passivo não circulante	3.472	3.019
Patrimônio líquido	507.428	522.369
<b>TOTAL</b>	<b>547.936</b>	<b>579.169</b>



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	168.195	172.263
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA	(131.399)	(142.062)
LUCRO BRUTO	36.796	30.201
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(3.899)	(4.136)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	32.897	26.065
Resultado financeiro	338	412
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	33.235	26.477
Imposto de renda e contribuição social	(11.106)	(8.854)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.129	17.623

#### d.2) Companhia Energética Estreito ("CEE")

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito, localizada no Rio Tocantins (TO/MA). As demais consorciadas são: a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa) e a Intercement Brasil S.A. (Grupo Camargo Corrêa), com participações de 30,00%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do Consórcio cabe à CEE.

#### d.3) Lages Bioenergética Ltda. ("Lages")

A Lages é uma termelétrica, localizada no município de Lages (SC), que utiliza um turbo gerador a vapor de 28,0 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A Usina detém o registro no Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

#### d.4) ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")

A EBC tem como objeto social a comercialização de energia elétrica no ACR e ACL, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de quaisquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. As vendas no ACL da Companhia normalmente são realizadas pela EBC.

#### d.5) Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul")

A Pampa Sul é detentora da Usina Termelétrica Pampa Sul, que está sendo implantada no município de Candiota (RS), e terá capacidade instalada de 345,0 MW. Em novembro de 2014, a Pampa Sul comercializou, em leilão promovido pela Aneel, 294,5 MW médios pelo prazo de 25 anos, a serem entregues a partir de 01.01.2019. A construção da usina teve início em 2015 e a operação comercial está prevista para ser iniciada no primeiro trimestre de 2019. A Companhia está em fase avançada de negociação com o BNDES para a liberação de financiamento de parcela expressiva dos investimentos financiáveis do projeto.

#### **d.6) Companhia Energética Jaguará (“Jaguará”)**

A Jaguará é detentora da Usina Hidrelétrica Jaguará, localizada no município de Rifaina (SP), com capacidade instalada de 424,0 MW. A outorga para a geração de energia elétrica da Usina em regime de cotas foi adquirida pela ENGIE Brasil Energia no Leilão de Concessões não Prorrogadas realizado pela Aneel em 27.09.2017. Mais informações vide Nota 10 – Ativo financeiro de concessão.

#### **d.7) Companhia Energética Miranda (“Miranda”)**

A Miranda é detentora da Usina Hidrelétrica Miranda, localizada no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW. A outorga para a geração de energia elétrica da Usina em regime de cotas foi adquirida pela ENGIE Brasil Energia no Leilão de Concessões não Prorrogadas realizado pela Aneel em 27.09.2017. Mais informações vide Nota 10 – Ativo financeiro de concessão.

#### **d.8) ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ENGIE Varejista”)**

A ENGIE Varejista tem como objeto social o comércio varejista de energia elétrica, incluindo a compra, no atacado ou no varejo, a venda no varejo e a importação de energia elétrica. Em dezembro de 2017, a CCEE habilitou a operação comercial da ENGIE Varejista.

A figura do comercializador varejista foi regulamentada pela Aneel em 2015 com o objetivo de reduzir a complexidade da adesão e facilitar o desenvolvimento do ACL.

#### **d.9) ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. (“ENGIE Solar”)**

Em abril de 2016, a ENGIE Brasil Energia adquiriu 50% do capital social da ENGIE Solar, mediante subscrição de capital. A ENGIE Solar tem como objeto social o desenvolvimento, a venda atacadista e varejista e a operação e a manutenção de geradores e de painéis solares fotovoltaicos, com potência instalada abaixo de 5,0 MW.

A aquisição se deu por meio de aportes de capital e foi concluída em janeiro de 2018 por R\$ 24.276.

#### **d.10) ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”)**

A ECP é uma *holding* que tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os investimentos em projetos referentes a energias complementares da Companhia. A seguir algumas informações financeiras das controladas mais relevantes da ECP, relativas ao exercício findo em 31.12.2017.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (Prejuízo)	Participação (%)
<b>Tupan</b>	80.379	89.849	1.801	88.048	21.169	17.724	99,99
<b>Hidropower</b>	33.393	55.960	8.310	47.650	19.677	15.258	99,99
<b>Ibitiúva</b>	38.501	132.629	48.510	84.119	32.540	22.941	95,00
<b>Ferrari</b>	87.640	212.534	72.530	140.004	95.660	60.997	99,99
<b>EEN</b>	186.483	604.066	313.950	290.116	116.217	41.961	99,99
<b>EEC</b>	249.485	566.399	303.942	262.457	93.951	14.832	99,99
<b>CECL<sup>13</sup></b>	693.392	701.861	12.614	689.247	-	(2.302)	99,99
<b>CESA<sup>14</sup></b>	1.355	534	47	487	-	(489)	99,99
<b>Projeto Assú</b>	201.869	211.013	9.111	201.902	603	251	99,99
<b>Projeto Umburanas</b>	177.800	176.818	15	176.803	-	(618)	99,99
<b>Outros</b>	10	10	-	10	-	-	99,99

Mais detalhes sobre a capacidade instalada e a garantia física vide Nota 14 – Imobilizado.

Os efeitos no ativo consolidado da ECP em 31.12.2017, decorrentes da alocação do valor justo dos direitos vinculados às autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios, são de R\$ 243.039 (R\$ 366.075 em 31.12.2016), dos quais R\$ 99.081 referem-se a “menos valia” na aquisição do Projeto Umburanas.

#### - Energias Eólicas do Nordeste S.A. (“EEN”)

A EEN é uma *holding* constituída para concentrar os investimentos nas SPE que detêm os projetos eólicos do Complexo Eólico Trairí, no estado do Ceará. A seguir algumas informações financeiras das controladas da EEN, referentes ao exercício findo em 31.12.2017.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Participação (%)
<b>Trairí</b>	36.554	110.356	62.653	47.703	26.170	8.713	99,99
<b>Guajiru</b>	40.068	129.197	73.620	55.577	32.275	12.593	99,99
<b>Fleixeiras I</b>	43.391	131.286	77.025	54.261	30.185	9.705	99,99
<b>Mundaú</b>	52.128	129.769	68.589	61.180	27.587	8.210	99,99

Mais detalhes sobre a capacidade instalada e a garantia física vide Nota 14 – Imobilizado.

Os efeitos no ativo consolidado da EEN em 31.12.2017, resultantes da alocação do valor justo dos direitos das autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios, são de R\$ 10.354 (R\$ 10.939 em 31.12.2016).

#### - Energias Eólicas do Ceará S.A. (“EEC”)

A EEC é uma *holding* constituída para concentrar os investimentos nas SPE que compõem os parques eólicos do Complexo Eólico Santa Mônica, no estado do Ceará. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2017 das controladas da EEC.

<sup>13</sup> Complexo Eólico Campo Largo.

<sup>14</sup> Complexo Eólico Santo Agostinho.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Participação (%)
<b>Estrela</b>	78.281	184.926	98.898	86.028	27.044	6.586	99,99
<b>Cacimbas</b>	38.316	99.639	57.505	42.134	21.192	1.945	99,99
<b>Santa Mônica</b>	38.490	100.499	54.991	45.508	22.102	6.040	99,99
<b>Ouro Verde</b>	79.447	173.850	91.258	82.592	23.613	470	99,99

Mais detalhes sobre a capacidade instalada e a garantia física vide Nota 14 – Imobilizado.

Os efeitos no ativo consolidado da EEC em 31.12.2017, resultantes da alocação do valor justo dos direitos das autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios, são de R\$ 6.348 (R\$ 6.551 em 31.12.2016).

Todos os parques do Complexo Eólico Santa Mônica estão em operação comercial, as quais ocorreram nestas datas: (i) Santa Mônica: outubro de 2016; (ii) Cacimbas: três máquinas em dezembro de 2016 e as quatro máquinas restantes em janeiro de 2017; (iii) Estrela: março de 2017; e (iv) Ouro Verde: abril de 2017.

#### - Complexo Eólico Campo Largo (“CECL”)

O CECL é formado por um conjunto de empreendimentos de geração eólica totalizando um potencial aproximado de desenvolvimento de 630,0 MW, todos localizados nos municípios de Umburanas e Sento Sé (BA), que serão desenvolvidos em etapas.

O Complexo é composto por 22 SPE, as quais foram adquiridas entre os anos de 2013 e 2014. O montante total da aquisição, já contemplando eventuais ajustes do preço final, foi de R\$ 87.801, dos quais R\$ 81.392 correspondem ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

Em leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014, o CECL comercializou 82,6 MW médios por meio da CLWP e suas controladas, pelo prazo de 20 anos, a partir de 01.01.2019, a serem gerados por seis parques eólicos, com capacidade instalada total de 178,2 MW. Outros cinco parques eólicos do CECL, com capacidade instalada total de 148,5 MW e capacidade comercial de aproximadamente 70,0 MW médios, serão desenvolvidos nessa etapa do projeto.

#### - Complexo Eólico Santo Agostinho (“CESA”)

Em agosto de 2014, a controlada direta ECP adquiriu os direitos de desenvolvimento do CESA, localizado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino (RN), o qual é composto por 24 SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólica, totalizando um potencial de 600,0 MW de capacidade instalada.

O processo de aquisição do CESA foi concluído em 2016. A “mais valia” do negócio adquirido, considerando o principal e a correção monetária, no valor de R\$ 58.899, corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos, tendo sido alocada integralmente no ativo intangível. Até o momento foram desembolsados R\$ 51.840 (correspondentes a R\$ 42.375 do preço de assinatura do contrato) na aquisição do projeto.



## - Projeto Assú

Em novembro de 2015, a controlada direta ECP assinou contrato de aquisição de projetos de implantação de três usinas fotovoltaicas e de opção de compra de outras duas – a qual foi exercida em 2016, no município de Assú (RN). Ainda em novembro de 2015, a ECP, por meio de sua controlada direta Assú V, a qual desenvolverá um dos projetos adquiridos, comercializou 9,2 MW médios em Leilão de Energia de Reserva (LER) promovido pela Aneel, ao valor de R\$ 302,99/MWh, pelo prazo de 20 anos, a serem fornecidos a partir de 01.11.2018. Em 26.12.2017, a Aneel autorizou a operação comercial da Usina Fotovoltaica Assú V.

## - Projeto Umburanas

Em agosto de 2017, a Companhia adquiriu, por meio de sua controlada direta ECP, a totalidade do capital social das empresas que compõem o Projeto Umburanas, localizado no estado da Bahia. O Projeto é composto pelo direito de implantação e de operação de um potencial eólico com capacidade instalada de 605,0 MW, dos quais 360,0 MW deverão ser implementados até meados de 2019. O total de 257,5 MW de capacidade instalada será destinado ao ACL e os demais 102,5 MW foram comercializados no ACR – Leilão A-5/2014 promovido pela Aneel. Os 245,0 MW remanescentes permanecerão no portfólio da Companhia para desenvolvimento futuro.

O fechamento da operação ocorreu em 24.11.2017, ao preço ajustado de aquisição de R\$ 16.938, dos quais R\$ 16.904 correspondem ao direito de implantação de um potencial eólico, integralmente alocado no ativo intangível.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

### a) Composição

	Taxa média de depreciação	Controladora			
		31.12.2017			31.12.2016
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,0%	5.086.548	(3.021.797)	2.064.751	2.203.596
Edificações e benfeitorias	2,9%	1.523.726	(995.050)	528.676	564.765
Máquinas e equipamentos	4,7%	7.059.454	(4.788.170)	2.271.284	2.204.840
Móveis e utensílios	6,3%	9.768	(5.882)	3.886	4.351
Veículos	14,3%	3.146	(2.373)	773	993
Obrigações especiais		(47.837)	-	(47.837)	(12.238)
		<b>13.634.805</b>	<b>(8.813.272)</b>	<b>4.821.533</b>	<b>4.966.307</b>
<b>Em curso</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras		4.151	-	4.151	1.380
Edificações e benfeitorias		10.099	-	10.099	7.991
Máquinas e equipamentos		188.972	-	188.972	248.420
Adiantamentos a fornecedores		13.129	-	13.129	24.192
Aquisições a ratear		5.919	-	5.919	28.282
		<b>222.270</b>	<b>-</b>	<b>222.270</b>	<b>310.265</b>
		<b>13.857.075</b>	<b>(8.813.272)</b>	<b>5.043.803</b>	<b>5.276.572</b>

		Consolidado			
		31.12.2017			31.12.2016
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3%	7.070.044	(3.539.470)	3.530.574	3.741.964
Edificações e benfeitorias	3,1%	1.837.298	(1.105.844)	731.454	768.052
Máquinas e equipamentos	4,7%	9.824.789	(5.444.387)	4.380.402	4.044.356
Móveis e utensílios	6,3%	10.564	(6.220)	4.344	4.786
Veículos	14,3%	4.636	(3.465)	1.171	1.517
Obrigações especiais		(47.962)	-	(47.962)	(12.362)
		18.699.369	(10.099.386)	8.599.983	8.548.313
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		113.713	-	113.713	74.415
Edificações e benfeitorias		314.503	-	314.503	90.673
Máquinas e equipamentos		1.291.572	-	1.291.572	469.269
Adiantamentos a fornecedores		826.630	-	826.630	743.344
Aquisições a ratear		531.707	-	531.707	268.884
		3.078.125	-	3.078.125	1.646.585
		21.777.494	(10.099.386)	11.678.108	10.194.898

## b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 01.01.2016	2.331.964	606.830	2.287.231	5.748	244.911	(12.420)	5.464.264
Ingressos	-	-	-	-	241.601	-	241.601
Juros e V.M. capitalizados	-	-	-	-	16.824	-	16.824
Constituição de <i>impairment</i>	-	-	(30.262)	-	-	-	(30.262)
Transferências	7.348	(502)	185.736	307	(193.071)	182	-
Baixas	-	-	(296)	(40)	-	-	(336)
Depreciação	(135.716)	(41.563)	(237.569)	(671)	-	-	(415.519)
Saldos em 31.12.2016	2.203.596	564.765	2.204.840	5.344	310.265	(12.238)	5.276.572
Ingressos	-	-	-	-	224.471	(37.374)	187.097
Juros e V.M. capitalizados	-	-	-	-	2.189	-	2.189
Constituição de <i>impairment</i>	-	-	(12.472)	-	-	-	(12.472)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	20.047	-	-	-	20.047
Transferências	(1.968)	5.420	309.392	36	(314.655)	1.775	-
Baixas	-	-	(18.902)	(46)	-	-	(18.948)
Depreciação	(136.877)	(41.509)	(231.621)	(675)	-	-	(410.682)
Saldos em 31.12.2017	2.064.751	528.676	2.271.284	4.659	222.270	(47.837)	5.043.803



	Consolidado						Total
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>3.983.941</b>	<b>832.520</b>	<b>4.344.016</b>	<b>6.840</b>	<b>742.778</b>	<b>(12.545)</b>	<b>9.897.550</b>
Ingressos	-	-	-	-	1.135.909	-	1.135.909
Juros e V.M. capitalizados	-	-	-	-	113.557	-	113.557
Constituição de <i>impairment</i>	-	(2.622)	(42.103)	(180)	-	-	(44.905)
Ativo mantido para venda	(44.277)	(12.470)	(230.974)	(93)	(174)	-	(287.988)
Transferências	16.890	4.543	323.210	659	(345.485)	183	-
Baixas	-	-	(369)	(40)	-	-	(409)
Depreciação	(214.590)	(53.919)	(349.424)	(883)	-	-	(618.816)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>3.741.964</b>	<b>768.052</b>	<b>4.044.356</b>	<b>6.303</b>	<b>1.646.585</b>	<b>(12.362)</b>	<b>10.194.898</b>
Ingressos	-	-	-	-	1.990.794	(37.375)	1.953.419
Juros e V.M. capitalizados	-	-	-	-	169.184	-	169.184
Constituição de <i>impairment</i>	-	(622)	(15.363)	(43)	-	-	(16.028)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	20.047	-	-	-	20.047
Ativo mantido para venda	2.532	730	13.366	10	175	-	16.813
Transferências	1.481	17.428	707.744	185	(728.613)	1.775	-
Baixas	-	-	(29.928)	(47)	-	-	(29.975)
Depreciação	(215.403)	(54.134)	(359.820)	(893)	-	-	(630.250)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>3.530.574</b>	<b>731.454</b>	<b>4.380.402</b>	<b>5.515</b>	<b>3.078.125</b>	<b>(47.962)</b>	<b>11.678.108</b>

**c) Composição do imobilizado em serviço, por grupo de usinas**

	Controladora				
	31.12.2017				31.12.2016
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Hidrelétricas	3,1%	10.363.869	(6.070.121)	4.293.748	4.416.110
Termelétricas	6,8%	3.270.936	(2.743.151)	527.785	550.197
		<b>13.634.805</b>	<b>(8.813.272)</b>	<b>4.821.533</b>	<b>4.966.307</b>
	Consolidado				
	31.12.2017				31.12.2016
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Hidrelétricas	3,5%	13.602.123	(6.929.860)	6.672.263	6.863.498
Termelétricas	6,8%	3.270.936	(2.743.151)	527.785	550.197
PCH	4,3%	343.219	(133.362)	209.857	223.741
Biomassa	2,6%	489.441	(176.883)	312.558	348.408
Eólicas	4,7%	993.650	(116.130)	877.520	562.469
		<b>18.699.369</b>	<b>(10.099.386)</b>	<b>8.599.983</b>	<b>8.548.313</b>

#### d) Depreciação

As taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel, que correspondem à vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia, são estas:

	Depreciação (% a.a.)	Vida útil média (anos)
Reservatórios e barragens	2,0	50
Edificações e benfeitorias	3,3	30
Geradores	3,3	30
Caldeiras	4,0	25
Turbinas hidráulicas	2,5	40
Casas de força	2,0	50
Turbinas eólicas (aerogeradores)	5,0	20
Equipamentos gerais	6,3	16

Os montantes dos itens totalmente depreciados, os quais integram o valor do custo e da depreciação, em 31.12.2017 e 31.12.2016, são estes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Reservatórios, barragens e adutoras	488.655	408.240	488.655	408.240
Edificações e benfeitorias	106.883	106.741	107.160	106.882
Máquinas e equipamentos	2.174.865	1.954.584	2.199.647	1.966.303
Móveis e utensílios	1.473	1.224	2.229	1.970
Veículos	1.367	1.212	1.912	1.755
	<b>2.773.243</b>	<b>2.472.001</b>	<b>2.799.603</b>	<b>2.485.150</b>

#### - Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original dos empreendimentos hidrelétricos ao final de seus prazos de concessão e autorização.

Dessa forma, depreciam-se estes ativos com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão ou da autorização, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação delas.

#### e) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas nos pronunciamentos contábeis, em 01.01.2009, data da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e das normas estabelecidas pelo CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado de suas usinas cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A depreciação e as baixas do referido ajuste nos ativos não resultam em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.12.2017 e 31.12.2016, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação e baixas, nos montantes de R\$ 575.170 e R\$ 627.253, respectivamente. A depreciação e as baixas sobre os ajustes a valor justo no exercício findo em 31.12.2017 foram de R\$ 52.083 (R\$ 52.120 em 31.12.2016).

**f) Registro das concessões onerosas e das autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios**

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e das autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 – Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção das IFRS e dos CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a essa data, de modo a conservar a consistência dos procedimentos.

O saldo das concessões e das autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.12.2017 é de R\$ 625.248 (R\$ 659.596 em 31.12.2016), na controladora, e de R\$ 984.227 (R\$ 1.051.064 em 31.12.2016), no consolidado.

**g) Apropriação dos encargos financeiros**

Os encargos financeiros vinculados aos empréstimos e aos financiamentos, às debêntures e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas.

**h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

A Companhia, no exercício de 2017, reconheceu *impairment* nos montantes de R\$ 12.472, na controladora, e de R\$ 16.028, no consolidado, como complemento das provisões de ativos de geração termelétrica reconhecidas em anos anteriores.

Adicionalmente, em 2017, houve a reversão de *impairment* e o reconhecimento da perda efetivada, no montante de R\$ 20.047, em função da venda de ativos que estavam provisionados.

## i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

### i.1) Concessões de usinas hidrelétricas

Concessões	Detentor (a) da concessão	Capacidade instalada (MW) <sup>15</sup>	Garantia física (MW médios) <sup>15</sup>	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	ENGIE Brasil Energia	1.420	733	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	ENGIE Brasil Energia	1.078	503	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	ENGIE Brasil Energia	226	113	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	ENGIE Brasil Energia /Itasa	1.450	741	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	ENGIE Brasil Energia	1.140	547	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	ENGIE Brasil Energia	450	261	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	ENGIE Brasil Energia	176	134	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	ENGIE Brasil Energia	243	148	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	CEE	1.087	641	26.11.2002	26.11.2037
UHE Jaguará	Jaguara	424	341	10.11.2017	29.12.2047
UHE Miranda	Miranda	408	198	10.11.2017	29.12.2047

A garantia física da UHE Itá é de 740,5 MW médios (720,0 MW médios até 31.12.2017), dos quais, nos termos do Contrato de Consórcio, a Itasa tem direito a 404,1 MW médios e a ENGIE Brasil Energia 336,4 MW médios. A Companhia, direta e indiretamente, por meio da Itasa, tem direito a 564,7 MW médios (544,2 MW médios até 31.12.2017) da garantia física do empreendimento.

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas UHE Machadinho e Estreito, o equivalente a 403,9 MW e 165,3 MW médios e 435,6 MW e 256,9 MW médios das capacidades instaladas e das garantias físicas das Usinas, respectivamente, valores que correspondem às suas participações como acionistas ou consorciadas.

<sup>15</sup> A partir de 01.01.2018.

## i.2) Autorizações de usinas termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, eólicas e fotovoltaicas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW) <sup>16</sup>	Garantia física (MW médios) <sup>16</sup>	Data do ato	Vencimento
<b>Usinas termelétricas (UTE)</b>					
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	ENGIE Brasil Energia	857	650	25.09.1998	27.09.2028
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade <sup>17</sup>	33	20	05.04.2000	05.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	11	29.10.2002	28.10.2032
UTE Ferrari	Ferrari Termoelétrica	80	36	27.07.2007	26.07.2042
<b>Usinas termelétricas (UTE) Construção</b>					
UTE Pampa Sul	Pampa Sul	345	324	31.03.2015	30.03.2050
<b>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</b>					
PCH Rondonópolis	Tupan	27	10	18.12.2002	18.12.2032
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	9	18.12.2002	18.12.2032
<b>Usinas eólicas (EOL)</b>					
EOL Trairi	Trairi	25	14	20.09.2011	28.09.2041
EOL Guajiru	Guajiru	30	18	20.09.2011	28.09.2041
EOL Fleixeiras I	Fleixeiras I	30	17	20.09.2011	26.09.2041
EOL Mundaú	Mundaú	30	15	20.09.2011	26.09.2041
EOL Santa Mônica	Santa Mônica SPE	19	10	20.01.2015	25.01.2045
EOL Cacimbas I	Cacimbas	19	10	27.01.2015	04.02.2045
EOL Ouro Verde	Santa Mônica SPE II	30	13	20.01.2015	22.01.2045
EOL Estrela	Trairi II	30	14	27.01.2015	04.02.2045
EOL Tubarão P&D	ENGIE Brasil Energia	2	N.A.	21.05.2015	N.A. <sup>18</sup>
<b>Usinas eólicas em construção</b>					
EOL Campo Largo III, IV, VI e VII	CLWP Eólicas	116	55	02.07.2015	02.07.2050
EOL Campo Largo V e XXI	CLWP Eólicas	59	27	03.08.2015	03.08.2050
EOL Campo Largo I, II, XV, XVI e XVIII	CLWP Eólicas	148	64	02.05.2017	02.05.2052
EOL Umburanas 1 e 5	Umburanas Eólicas	43	27	01.08.2014	01.08.2049
EOL Umburanas 2, 3, 9 e 10	Umburanas Eólicas	83	50	04.08.2014	04.08.2049
EOL Umburanas 6	Umburanas Eólicas	20	13	12.08.2014	12.08.2049
EOL Umburanas 8	Umburanas Eólicas	25	15	10.10.2014	10.10.2049
EOL Umburanas 11	Umburanas Eólicas	15	8	08.08.2014	08.08.2049
EOL Umburanas 13, 15, 16 e 18	Umburanas Eólicas	73	44	21.08.2014	21.08.2049
EOL Umburanas 17	Umburanas Eólicas	22	13	02.07.2015	02.07.2050
EOL Umburanas 19, 21, 23 e 25	Umburanas Eólicas	80	44	03.08.2015	03.08.2050
<b>Usinas solares fotovoltaicas</b>					
Central Fotovoltaica Assú V	ENGIE Brasil Energia	30	9	07.06.2016	07.06.2051
Cidade Azul	ENGIE Brasil Energia	3	N.A.	10.04.2014	N.A. <sup>18</sup>

A Companhia possui 22,9 MW e 13,9 MW médios da capacidade instalada e da garantia física da UTE Ibitiúva Bioenergética, respectivamente, que correspondem às suas participações como acionista e consorciada.

<sup>16</sup> A partir de 01.01.2018.

<sup>17</sup> As consorciadas são a Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,9%) e a Andrade Açúcar e Álcool S.A. (27,1%).

<sup>18</sup> Para centrais geradoras com potência igual ou inferior a 5 MW o instrumento legal aplicável é o registro.

A UTE Alegrete, com capacidade instalada de 66,0 MW, teve sua autorização revogada em fevereiro de 2014, e o processo de devolução dessa Usina à União está em andamento. Adicionalmente, a Companhia está em processo de desmobilização da UTE Charqueadas, cuja capacidade instalada é 72,0 MW, e está avaliando a destinação dos ativos da UTE William Arjona, com capacidade instalada de 190,0 MW e cujas operações estão paralisadas desde o início de 2017.

Em função da expectativa de venda dos ativos acima mencionados, a Companhia mantém *impairment* de R\$ 62.044, em 31.12.2017, para refletir as prováveis perdas na alienação dos ativos dessas usinas.

### i.3) Indisponibilidade dos bens

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e a expressa autorização do Órgão Regulador. A Aneel regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## NOTA 15 – INTANGÍVEL

### a) Composição

		Controladora			
		31.12.2017			31.12.2016
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	74.150	(43.327)	30.823	20.838
		Consolidado			
		31.12.2017			31.12.2016
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Bonificação pela outorga – Jaguará	Até 2047	620.327	(3.535)	616.792	-
Bonificação pela outorga – Miranda	Até 2047	411.223	(2.327)	408.896	-
Direito de uso de ativos	Até 2037	98.189	(45.279)	52.910	39.054
Direito de compra de energia	Até 2023	64.561	(30.106)	34.455	40.471
Direitos do Projeto Trairí	Até 2041	12.668	(2.314)	10.354	10.939
Direitos do Projeto Santa Mônica	Até 2045	6.565	(158)	6.407	6.565
Direitos do Projeto Campo Largo	-	87.606	-	87.606	81.392
Direitos do Projeto Santo Agostinho	-	59.399	-	59.399	58.899
Direitos do Projeto Umburanas	-	16.938	-	16.938	-
Direitos do Projeto Assú	-	15.194	-	15.194	15.194
		<b>1.392.670</b>	<b>(83.719)</b>	<b>1.308.951</b>	<b>252.514</b>



### a.1) Bonificação pela outorga

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 10 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda para geração e venda de energia. Esse montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão das Usinas.

### a.2) Direito dos projetos

Os direitos dos projetos mencionados no demonstrativo acima decorrem do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos juntamente com as empresas. A amortização desses direitos é iniciada após a entrada em operação comercial dos parques e reconhecida de forma linear nos prazos das autorizações de uso dos ativos.

### b) Mutação

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>17.262</b>	<b>243.323</b>
Ingresso	8.266	9.000
Valor justo dos direitos dos projetos adquiridos	-	11.698
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda	-	(77)
Amortização	(4.690)	(11.430)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>20.838</b>	<b>252.514</b>
Ingresso	15.890	19.932
Bonificação pela outorga de Jaguará e Miranda	-	1.031.550
Valor justo dos direitos dos projetos adquiridos	-	23.652
Amortização	(5.905)	(18.697)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>30.823</b>	<b>1.308.951</b>

### c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2017, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia e de suas controladas.

## NOTA 16 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Energia elétrica comprada	101.237	47.514	224.593	146.998
Transações no mercado de curto prazo	-	11.071	272	17.586
Combustíveis fósseis e biomassa	207.315	48.371	208.220	49.545
Encargos de uso da rede elétrica	34.632	34.624	42.228	41.966
Fornecedores de materiais e serviços	51.985	46.837	64.838	61.107
Fornecedores de imobilizado	13.603	23.360	77.245	53.947
	<b>408.772</b>	<b>211.777</b>	<b>617.396</b>	<b>371.149</b>

O saldo de fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa em 2017 refere-se, basicamente, a valores a pagar pela compra de combustível para geração termelétrica e à última parcela do acordo judicial com o fornecedor de gás natural para geração de energia elétrica, no montante de R\$ 109.437, o qual será quitado quando do recebimento dos valores recontabilizados pela CCEE. Mais detalhes sobre o acordo vide Nota 24 – Provisões.

## NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Composição

	Controladora					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES	82.329	183.875	266.204	73.033	240.842	313.875
Repasse BNDES (Bancos)	1.535	6.355	7.890	35.655	207.585	243.240
Nordic Investment Bank (NIB)	26.715	106.879	133.594	25.958	129.807	155.765
Encargos	1.846	-	1.846	3.113	-	3.113
	<b>112.425</b>	<b>297.109</b>	<b>409.534</b>	<b>137.759</b>	<b>578.234</b>	<b>715.993</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira – com hedge</b>						
HSBC USA	-	328.916	328.916	-	-	-
Scotiabank	-	665.785	665.785	-	-	-
Bank of Tokyo	665.260	-	665.260	-	-	-
Encargos	10.171	-	10.171	-	-	-
	<b>675.431</b>	<b>994.701</b>	<b>1.670.132</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>787.856</b>	<b>1.291.810</b>	<b>2.079.666</b>	<b>137.759</b>	<b>578.234</b>	<b>715.993</b>

Os saldos dos empréstimos e dos financiamentos na controladora, líquidos dos efeitos do *hedge*, são estes:

	Controladora					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>787.856</b>	<b>1.291.810</b>	<b>2.079.666</b>	<b>137.759</b>	<b>578.234</b>	<b>715.993</b>
Efeitos do <i>hedge (swap)</i> no balanço						
Posição ativa <sup>19</sup>	(3.933)	(14.274)	(18.207)	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos, líquido dos efeitos do <i>hedge</i></b>	<b>783.923</b>	<b>1.277.536</b>	<b>2.061.459</b>	<b>137.759</b>	<b>578.234</b>	<b>715.993</b>

<sup>19</sup> A posição ativa do *hedge* está apresentada como parte das rubricas “Outros ativos circulantes” e “Outros ativos não circulantes”.

	Consolidado					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES	197.456	1.356.046	1.553.502	168.221	1.184.886	1.353.107
Repasse BNDES (Bancos)	40.548	410.156	450.704	77.045	686.388	763.433
Nordic Investment Bank (NIB)	26.715	106.880	133.595	25.958	129.807	155.765
Banco do Brasil	-	-	-	3.305	-	3.305
Encargos	8.008	-	8.008	8.667	-	8.667
	<b>272.727</b>	<b>1.873.082</b>	<b>2.145.809</b>	<b>283.196</b>	<b>2.001.081</b>	<b>2.284.277</b>
<b>Mensurado ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira - com hedge</b>						
HSBC USA	-	328.916	328.916	-	-	-
Scotiabank	-	665.785	665.785	-	-	-
Bank of Tokyo	665.260	-	665.260	-	-	-
Encargos	10.171	-	10.171	-	-	-
	<b>675.431</b>	<b>994.701</b>	<b>1.670.132</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>948.158</b>	<b>2.867.783</b>	<b>3.815.941</b>	<b>283.196</b>	<b>2.001.081</b>	<b>2.284.277</b>

Os saldos dos empréstimos e dos financiamentos no consolidado, líquidos dos efeitos do *hedge*, são estes:

	Consolidado					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>948.158</b>	<b>2.867.783</b>	<b>3.815.941</b>	<b>283.196</b>	<b>2.001.081</b>	<b>2.284.277</b>
Efeitos do <i>hedge (swap)</i> no balanço						
Posição ativa <sup>20</sup>	(3.933)	(14.274)	(18.207)	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos, líquido dos efeitos do <i>hedge</i></b>	<b>944.225</b>	<b>2.853.509</b>	<b>3.797.734</b>	<b>283.196</b>	<b>2.001.081</b>	<b>2.284.277</b>

<sup>20</sup> A posição ativa do *hedge* está apresentada como parte das rubricas “Outros ativos circulantes” e “Outros ativos não circulantes”.

## b) Mutação dos empréstimos e dos financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>1.553.004</b>	<b>664.522</b>	<b>2.217.526</b>	<b>1.712.490</b>	<b>2.353.268</b>	<b>4.065.758</b>
Ingressos	-	35.339	35.339	-	35.339	35.339
Juros	65.411	-	65.411	135.536	-	135.536
Variações monetárias	2.785	14.978	17.763	4.980	37.984	42.964
Juros e V.M. capitalizados	6.023	-	6.023	81.380	-	81.380
Variações cambiais	(181.654)	-	(181.654)	(181.654)	-	(181.654)
Ajuste a valor justo	39.594	-	39.594	39.594	-	39.594
Transferências	136.605	(136.605)	-	292.536	(292.536)	-
Empréstimos de controladas mantidas para venda	-	-	-	(17.721)	(132.974)	(150.695)
Amortização de principal	(1.408.927)	-	(1.408.927)	(1.563.270)	-	(1.563.270)
Amortização de juros	(75.082)	-	(75.082)	(220.675)	-	(220.675)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>137.759</b>	<b>578.234</b>	<b>715.993</b>	<b>283.196</b>	<b>2.001.081</b>	<b>2.284.277</b>
Ingressos	664.034	992.263	1.656.297	679.693	1.271.789	1.951.482
Juros	57.944	-	57.944	98.245	-	98.245
Variações monetárias	2.063	7.398	9.461	3.857	25.195	29.052
Juros e V.M. capitalizados	871	-	871	110.323	-	110.323
Variações cambiais	5.627	11.420	17.047	5.627	11.420	17.047
Ajuste a valor justo	3.820	8.161	11.981	3.820	8.161	11.981
Transferências	305.666	(305.666)	-	463.939	(463.939)	-
Empréstimos de controladas mantidas para venda	-	-	-	(1.044)	14.076	13.032
Amortização de principal	(340.525)	-	(340.525)	(505.399)	-	(505.399)
Amortização de juros	(49.403)	-	(49.403)	(194.099)	-	(194.099)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>787.856</b>	<b>1.291.810</b>	<b>2.079.666</b>	<b>948.158</b>	<b>2.867.783</b>	<b>3.815.941</b>

## c) Principais transações realizadas em 2017

### c.1) Financiamentos em moeda nacional

A Companhia assinou contrato com o BNDES, no valor de R\$ 353.515, para financiamento da construção do Complexo Eólico Santa Mônica. No decorrer do ano de 2017 ocorreu a liberação de parte dos recursos, no montante de R\$ 295.319, líquido dos custos de captação.

Em 11.08.2017, o BNDES liberou o montante de R\$ 25.346, líquido dos custos de captação, referente à parcela do financiamento contratado em 2014, destinado à modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo.

### c.2) Empréstimos em moeda estrangeira com *hedge*

Em 2017, a Companhia contratou empréstimos em dólar norte-americano no valor total de U\$ 500.000, equivalente a R\$ 1.631.280 (R\$ 1.630.817, líquido dos custos de captação e ajuste referente ao reconhecimento inicial a valor justo). Os recursos foram destinados, principalmente, ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo e à implementação do plano de negócios da Companhia – substancialmente, aporte de capital nas controladas Jaguará e Miranda para o pagamento da bonificação pela outorga das concessões.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do dólar norte-americano, contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e as mesmas datas de vencimento dos juros e do principal.

### c.3) Liquidação antecipada da dívida

Em dezembro de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente os financiamentos relativos à Usina Hidrelétrica São Salvador e o CTJL junto a Bancos de Repasse do BNDES, pelo valor de R\$ 246.679 e R\$ 9.404 respectivamente.

### d) Composição da dívida por indexadores e moeda

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2017	%	31.12.2016	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%
<b>Moeda nacional</b>								
TJLP	267.167	12,8	540.711	75,5	1.994.636	52,3	2.092.637	91,6
IPCA	134.470	6,5	156.829	21,9	134.470	3,5	156.829	6,9
Não indexado	7.897	0,4	18.453	2,6	16.703	0,4	34.811	1,5
	<b>409.534</b>	<b>19,7</b>	<b>715.993</b>	<b>100,0</b>	<b>2.145.809</b>	<b>56,2</b>	<b>2.284.277</b>	<b>100,0</b>
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar – com <i>hedge</i> para o CDI	1.001.126	48,1	-	-	1.001.126	26,3	-	-
Dólar – com <i>hedge</i> para o IPCA	669.00	32,2	-	-	669.006	17,5	-	-
	<b>1.670.132</b>	<b>80,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.670.132</b>	<b>43,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.079.666</b>	<b>100,0</b>	<b>715.993</b>	<b>100,0</b>	<b>3.815.941</b>	<b>100,0</b>	<b>2.284.277</b>	<b>100,0</b>

### e) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

	2017	2016
TJLP	7,1%	7,5%
CDI	9,9%	14,1%
IPCA	3,0%	6,2%
Dólar norte-americano	1,5%	-16,8%

### f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2019	113.741	265.045
2020	408.740	556.196
2021	44.658	185.267
2022	710.726	847.912
2023	13.937	151.123
2024 a 2028	8	685.936
2029 a 2033	-	176.304
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>1.291.810</b>	<b>2.867.783</b>

## g) Principais condições das dívidas contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldos em 31.12.2017
Controladora:				
Moeda nacional				
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. <sup>(a)</sup>	07.2020	Mensais	170.749
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. <sup>(a)</sup>	10.2023	Mensais	96.418
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: Mensais Juros: Trimestrais	134.470
Repasse Finame (Bancos)	3,68% a.a.	11.2024	Mensais	7.897
Moeda estrangeira (dólar)				
HSBC USA VI	8,459% a.a. com <i>swap</i> para 103% do CDI	10.2020	Principal: 10.2020 Juros: Semestrais	333.652
Scotiabank	3,3710% a.a. com <i>swap</i> para IPCA + 5,2% a.a.	11.2022	Principal: 11.2022 Juros: Semestrais	669.006
Bank of Tokyo II	1,9429% a.a. com <i>swap</i> para 101,4% CDI (de 30/10/2017 a 18/04/2018) 2,0571% a.a. com <i>swap</i> para 101,4% CDI (de 18/04/2018 até 18/10/2018)	10.2018	Principal: 10.2018 Juros: Semestrais	667.474
Controladas:				
Companhia Energética Estreito				
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	2.829
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. <sup>(a)</sup>	09.2029	Mensais	644.480
Repasse BNDES (Bancos) <sup>(b)</sup>	TJLP + 2,95% a.a. <sup>(a)</sup>	09.2029	Mensais	437.600
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	8.806
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. <sup>(a)</sup>	01.2021	Mensais	11.371
Ferrari				
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. <sup>(a)</sup>	06.2021	Mensais	15.239
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a. <sup>(a)</sup>	07.2032	Mensais	40.806
Repasse BNDES (Bancos) <sup>(b)</sup>	TJLP + 3,40% a.a. <sup>(a)</sup>	06.2021	Mensais	6.650
Projeto Trairí <sup>(c)</sup>				
BNDES – Crédito Social	TJLP	07.2029	Mensais	1.421
BNDES	TJLP + 2,51% <sup>(a)</sup>	07.2029	Mensais	273.902
Projeto Santa Mônica <sup>(d)</sup>				
BNDES	TJLP + 2,18% <sup>(a)</sup>	05.2033	Mensais	293.171

<sup>(a)</sup> O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

<sup>(b)</sup> Os bancos são estes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

<sup>(c)</sup> Financiamento do Projeto Trairí, composto pelas empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiros I.

<sup>(d)</sup> Financiamento do Projeto Santa Mônica, composto pelas empresas: Santa Mônica, Cacimbas, Estrela e Ouro Verde.



## h) Garantias

### h.1) BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- **Financiamento de empreendimentos hidrelétricos:** (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; (d) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, no contrato com a CEE, há a garantia do penhor dos dividendos a serem pagos pela ENGIE Brasil Energia à sua controladora, ENGIE Participações.

- **Modernização:** cessão fiduciária das receitas provenientes de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

- **Financiamento destinado à Usina Hidrelétrica São Salvador:** fiança bancária.

- **Financiamento de Projetos de PCH, de Biomassa e Eólicos:** (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

Não há garantias para os empréstimos em moeda estrangeira.

### i) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
<b>Controladora:</b> Nordic Investment Bank	Controladora: Dívida total/Ebitda $\leq 3,5$ Consolidado: Dívida total/Ebitda $\leq 4,5$ Controladora e Consolidado: Ebitda/despesas financeiras $\geq 2,0$
BNDES – Modernização BNDES – Usina Hidrelétrica São Salvador HSBC USA, Scotiabank e Bank of Tokyo	Controladora: Dívida líquida/Ebitda $\leq 3,5$ Consolidado: Dívida bruta/Ebitda $\leq 4,5$ Consolidado: Ebitda/despesas financeiras $\geq 2,0$ Consolidado: Dívida bruta /Ebitda $\leq 4,5$
<b>Controladas:</b> BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida <sup>21</sup> $\geq 1,2$ ou $\geq 1,3$ , dependendo da controlada
BNDES Ampliação BNDES – Ibitiúva	Dívida líquida/Ebitda $\leq 3,5$ Índice de endividamento geral $\leq 0,80$ Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas.

<sup>21</sup> Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

## NOTA 18 – DEBÊNTURES E NOTAS PROMISSÓRIAS

### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Debêntures	830.564	804.455	830.564	804.455
Notas promissórias	-	-	2.109.911	-
	<b>830.564</b>	<b>804.455</b>	<b>2.940.475</b>	<b>804.455</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Passivo circulante	17.849	16.547	2.127.760	16.547
Passivo não circulante	812.715	787.908	812.715	787.908
	<b>830.564</b>	<b>804.455</b>	<b>2.940.475</b>	<b>804.455</b>

### b) Mutação das debêntures e notas promissórias

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>489</b>	<b>180.947</b>	<b>181.436</b>	<b>489</b>	<b>180.947</b>	<b>181.436</b>
Emissão de debêntures	-	585.784	585.784	-	585.784	585.784
Juros	23.795	-	23.795	9.240	-	9.240
Variações monetárias	359	14.516	14.875	359	7.695	8.054
Juros e V.M. capitalizados	5.092	5.709	10.801	19.647	12.530	32.177
Transferências	(952)	952	-	(952)	952	-
Amortização de juros	(12.236)	-	(12.236)	(12.236)	-	(12.236)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>16.547</b>	<b>787.908</b>	<b>804.455</b>	<b>16.547</b>	<b>787.908</b>	<b>804.455</b>
Emissão de notas promissórias	-	-	-	2.096.112	-	2.096.112
Juros	51.617	-	51.617	25.627	-	25.627
Variações monetárias	595	22.324	22.919	595	4.570	5.165
Juros e V.M. capitalizados	763	555	1.318	40.552	18.309	58.861
Transferências	(1.928)	1.928	-	(1.928)	1.928	-
Amortização de juros	(49.745)	-	(49.745)	(49.745)	-	(49.745)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>17.849</b>	<b>812.715</b>	<b>830.564</b>	<b>2.127.760</b>	<b>812.715</b>	<b>2.940.475</b>

Em 27.11.2017, as controladas diretas Jaguará e Miranda emitiram notas promissórias, com série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal de R\$ 5.000, perfazendo o montante total de R\$ 1.320.000 e de R\$ 780.000, respectivamente. Os recursos obtidos, no montante de R\$ 2.096.112, líquidos dos custos de captação, destinaram-se ao pagamento da bonificação pela outorga, nos termos do Leilão nº 001/2017 promovido pela Aneel.

As notas promissórias são garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas.

A Companhia está avaliando a emissão de uma dívida de longo prazo junto ao mercado de capitais e a instituições financeiras, visando refinaranciar essas notas promissórias.

### c) Principais condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Encargos	Principal	
Debêntures					
5ª Emissão – Série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 Parcelas anuais a partir de 12.2022	Sem garantia
6ª Emissão – Série 1	246.600	IPCA + 6,2621% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2021	Sem garantia
6ª Emissão – Série 2	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Anualmente em julho	3 Parcelas anuais a partir de 07.2024	Sem garantia
Notas promissórias					
1ª Emissão – Série única	421	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	11.2018	Aval – EBE

### d) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora e Consolidado
2021	77.996
2022	150.698
2023	151.045
2024 a 2028	432.976
<b>Debêntures</b>	<b>812.715</b>

### e) Compromissos financeiros contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
5ª e 6ª Emissões – série única	Consolidado: Ebitda/despesas financeiras $\geq 2,0$ Consolidado: Dívida bruta/Ebitda $\leq 4,5$

Os *covenants* das debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia e as notas promissórias não contém cláusulas de compromissos financeiros contratuais.

## NOTA 19 – CONCESSÕES A PAGAR

### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Usina Hidrelétrica Cana Brava	1.035.551	950.283	1.035.551	950.283
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	875.569	814.472	875.569	814.472
Usina Hidrelétrica São Salvador	535.274	530.211	535.274	530.211
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	53.005	52.410
	<b>2.446.394</b>	<b>2.294.966</b>	<b>2.499.399</b>	<b>2.347.376</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Passivo circulante	61.367	59.907	67.051	65.408
Passivo não circulante	2.385.027	2.235.059	2.432.348	2.281.968
	<b>2.446.394</b>	<b>2.294.966</b>	<b>2.499.399</b>	<b>2.347.376</b>

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas mencionadas no quadro acima. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito – 10% a.a. e Ponte de Pedra – 8,3% a.a.

#### b) Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais, como segue:

Usinas e anos de pagamento	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
<b>Usina Hidrelétrica Cana Brava</b>				
Até 31.07.2023	680	3.797	3.466	17.255
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	271.127	2.711.274
		<b>616.597</b>		<b>2.728.529</b>
<b>Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra</b>				
Até 30.09.2019	200	350	782	1.358
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	63.288	63.288
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	121.534	1.701.483
		<b>452.081</b>		<b>1.766.129</b>
<b>Usina Hidrelétrica São Salvador</b>				
Até 30.04.2037	20.000	388.333	60.308	1.180.819
<b>Usina Hidrelétrica Estreito</b>				
Até 31.12.2037	1.960	39.368	5.962	119.106

#### c) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>SalDOS em 01.01.2016</b>	55.388	1.965.193	2.020.581	60.572	2.009.980	2.070.552
Juros	-	196.562	196.562	-	201.530	201.530
Variações monetárias	-	136.632	136.632	-	139.785	139.785
Transferências	63.328	(63.328)	-	69.327	(69.327)	-
Amortizações	(58.809)	-	(58.809)	(64.491)	-	(64.491)
<b>SalDOS em 31.12.2016</b>	59.907	2.235.059	2.294.966	65.408	2.281.968	2.347.376
Juros	-	212.093	212.093	-	217.146	217.146
Variações monetárias	-	2.095	2.095	-	3.596	3.596
Transferências	64.220	(64.220)	-	70.362	(70.362)	-
Amortizações	(62.760)	-	(62.760)	(68.719)	-	(68.719)
<b>SalDOS em 31.12.2017</b>	61.367	2.385.027	2.446.394	67.051	2.432.348	2.499.399

**d) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante**

	Controladora	Consolidado
2019	69.266	74.403
2020	113.390	118.059
2021	137.287	141.531
2022	126.131	129.990
2023	437.378	440.886
2024 a 2028	967.508	980.803
2029 a 2033	495.645	503.897
2034 a 2038	38.422	42.779
	<b>2.385.027</b>	<b>2.432.348</b>

**NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

**a) Risco de mercado**

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Esses riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no ano de 2017.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

**a.1) Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes**

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, IGP-M e IPCA.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI.



No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, parte da dívida contratada está vinculada à TJLP, a qual tende a ter sua flutuação acompanhando as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Dessa forma, as dívidas contratadas vinculadas à TJLP tendem a estar protegidas pelos contratos de energia mencionados anteriormente. Ressalta-se que, nos contratos assinados até 31.12.2017, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

## a.2) Risco relacionado aos passivos denominados em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e o saldo dos passivos indexados à moeda estrangeira. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados por seu Comitê Financeiro.

Em 31.12.2017, a Companhia não mantinha nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente protegida por operação de *hedge*.

Os ganhos (perdas) não realizados nas operações de *hedge* são estes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Posição ativa (passiva)</b>				
<i>Hedge</i> de valor justo sobre empréstimos	18.207	-	18.207	-
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa sobre obrigações	-	-	(1.944)	(18.931)
<b>Posição líquida</b>	<b>18.207</b>	<b>-</b>	<b>16.263</b>	<b>(18.391)</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Ativo circulante <sup>22</sup>	3.933	-	3.933	1.490
Ativo não circulante <sup>23</sup>	14.274	-	14.274	1.965
Passivo circulante <sup>24</sup>	-	-	(1.944)	(21.846)
	<b>18.207</b>	<b>-</b>	<b>16.263</b>	<b>(18.391)</b>

### a.2.1) Operações de *hedge* de valor justo sobre empréstimos

A Companhia contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das instituições financeiras concedentes dos empréstimos em dólar norte-americano para a proteção dos fluxos de pagamentos futuros do principal e de juros, inclusive o imposto de renda incidente sobre eles, contra as oscilações cambiais.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o seu registro contábil. Dessa forma, tanto os empréstimos objeto do *hedge* quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia dos efeitos financeiros, bem como dos impactos da variação cambial em seus resultados.

<sup>22</sup> Apresentado como parte na rubrica "Outros ativos circulantes".

<sup>23</sup> Apresentado como parte na rubrica "Outros ativos não circulantes".

<sup>24</sup> Apresentado como parte na rubrica "Outros passivos circulantes".



Em 31.12.2017, os valores dos empréstimos e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros <sup>25</sup>	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
HSBC USA	US\$ 100.000	10.2020	Semestrais	8,459% a.a.	329.776	3.876	333.652
Swap	R\$ 325.0800	10.2020	Semestrais	103,0% do CDI	(328.853)	(169)	(329.022)
Bank of Tokyo	US\$ 200.000	10.2018	Trimestrais	1,9429% a.a. (até 18/04/2018) 2,0571% a.a. (18/04 a 18/10/2018)	663.654	3.820	667.474
Swap	R\$ 656.020	10.2018	Trimestrais	101,4% do CDI	(663.435)	235	(663.200)
Scotiabank	US\$ 200.000	11.2022	Semestrais	3,3710% a.a.	664.720	4.286	669.006
Swap	R\$ 650.180	11.2022	Semestrais	105,75% do CDI	(656.535)	(7.248)	(663.783)
Itaú	R\$ 650.180			105,75% do CDI	656.635	-	656.635
Unibanco	R\$ 650.180	11.2022	Semestrais	IPCA + 5,2% a.a.	(658.001)	5.446	(652.555)
Resultado swap					7.961	10.246	18.207

### Mutação das operações de *hedge* de valor justo sobre empréstimos

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>Ativo em 01.01.2016</b>	<b>488.802</b>	-	<b>488.802</b>
Juros	(74.714)	-	(74.714)
Variações cambiais	(181.654)	-	(181.654)
Ajuste a valor justo	37.608	-	37.608
Amortização de principal	(353.726)	-	(353.726)
Amortização de juros	83.684	-	83.684
<b>Ativo em 31.12.2016</b>	-	-	-
Juros	(5.749)	(3.337)	(9.086)
Variações cambiais	5.627	11.420	17.047
Ajuste a valor justo	4.055	6.191	10.246
<b>Ativo em 31.12.2017</b>	<b>3.933</b>	<b>14.274</b>	<b>18.207</b>

### a.2.2) Operações de *hedge* de fluxo de caixa

A Companhia mantém contratado em 31.12.2017 *Non-Deliverable Forward* (NDF), com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da UTE Pampa Sul.

O valor *notional* dos referidos NDF nessa data é de US\$ 57.091, os quais estão firmados com o Bradesco, o Citibank e o Itaú e têm seus vencimentos até dezembro de 2018.

<sup>25</sup> As taxas de juros incluem o imposto de renda de 15% sobre a remessa ao exterior

Em 31.12.2017, as perdas não realizadas dos NDF totalizavam uma posição passiva de R\$ 1.944 (ponta ativa de R\$ 3.455 R\$ e ponta passivo de R\$ 21.846, em 31.12.2016). A contrapartida desta perda não realizada está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, totalizando R\$ 1.283. Adicionalmente, está reconhecido na rubrica “Outros resultados abrangentes” o montante de R\$ 1.191, referente a ganhos realizados em NDF recontratados em função da revisão do fluxo de pagamentos ao fornecedor. Os ganhos não realizados, líquidos dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, incorridos no ano de 2017, foram de R\$ 10.855 (perdas não realizadas de R\$ 288.746, em 31.12.2016) e estão apresentadas na “Demonstração dos resultados abrangentes”.

### a.3) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, dos financiamentos, das debêntures, das notas promissórias, das concessões a pagar e do ativo financeiro de concessão expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para o ano de 2018 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Variação das taxas de juros e índices:	Variação 2017	Cenário Provável 2018	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$ <sup>(*)</sup>	$\Delta + 50\%$ <sup>(*)</sup>
<b>Risco de aumento das taxas de juros e índices</b>					
TJLP	7,1%	7,0%	-0,1 p.p.	1,8 p.p.	3,5 p.p.
CDI	9,9%	6,8%	-3,1 p.p.	1,7 p.p.	3,4 p.p.
IPCA	3,0%	3,9%	0,9 p.p.	1,0 p.p.	2,0 p.p.
IGP-M	-0,5%	4,5%	5,0 p.p.	1,1 p.p.	2,3 p.p.
<b>Risco de redução das taxas de juros e índices</b>					
IPCA	3,0%	3,9%	0,9 p.p.	-1,0 p.p.	-2,0 p.p.

(\*) Variações sobre o cenário provável de 2018.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2017 e os previstos no cenário provável para 2018 e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2018. As variações que poderão impactar o resultado financeiro, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2018, em comparação com o ano de 2017, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2017	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento (passivo)				
Empréstimos e financiamentos				
TJLP	1.994.636	2.358	(33.252)	(67.000)
CDI (Empréstimos com <i>swap</i> para o CDI)	1.001.126	26.120	(14.392)	(28.867)
IPCA (Empréstimo com <i>swap</i> para o IPCA)	669.006	(6.447)	(6.616)	(13.232)
IPCA	134.470	(1.151)	(1.181)	(2.361)
		20.880	(55.441)	(111.460)
Debêntures				
IPCA	830.564	(8.339)	(8.557)	(17.113)
Notas promissórias				
CDI	2.109.911	62.055	(34.308)	(69.138)
Concessões a pagar				
IGP-M	1.911.120	(99.971)	(22.405)	(44.811)
IPCA	588.279	(5.421)	(5.536)	(11.072)
		(105.392)	(27.941)	(55.883)
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	2.547.367	24.492	(25.705)	(51.411)
Total		(6.304)	(151.952)	(305.005)

## b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos – líquidos dos efeitos do *hedge*, financiamentos, debêntures e notas promissórias, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Dívida <sup>26</sup>	2.892.023	1.520.448	6.738.209	3.088.732
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(9.095)	(8.406)	(225.516)	(180.183)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.305.015)	(1.175.259)	(1.930.070)	(1.815.340)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.577.913</b>	<b>336.783</b>	<b>4.582.623</b>	<b>1.093.209</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>6.830.594</b>	<b>6.611.227</b>	<b>6.834.725</b>	<b>6.614.394</b>
<b>Endividamento líquido</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,7</b>	<b>0,2</b>

<sup>26</sup> Composta por empréstimos – líquidos dos efeitos do *hedge*, financiamentos, debêntures e notas promissórias.

A ENGIE Brasil Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no Ebitda, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 3,5 vezes o Ebitda.

### **c) Risco de crédito**

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo. A Companhia é avalista em contratos de financiamentos de suas controladas com o objetivo de assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos.

#### **c.1) Riscos relacionados à venda de energia**

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os CCEAR, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

#### **c.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais – na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas – e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados – aquisições de CDB de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Eles devem atender a estes parâmetros: (i) patrimônio líquido de no mínimo R\$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2017, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

### c.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A “Política de Investimentos e Derivativos” impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, as únicas operações de *hedge* contratadas pela Companhia foram: (i) os *swaps* para proteção dos pagamentos do principal e dos juros dos empréstimos contratados em dólar norte-americano; e (ii) os NDF para proteger os fluxos de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira estabelecidos nos contratos de compra de equipamentos e de serviços vinculados à construção de usinas.

### d) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, por meio do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2017. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora				Total
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	408.772	-	-	-	408.772
Taxas de juros pós-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos <sup>27</sup>	884.879	649.302	822.880	14.258	2.371.319
Debêntures	51.201	103.145	336.269	674.756	1.165.371
Taxas de juros pré-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos	1.719	3.318	3.162	225	8.424
Concessões a pagar	64.546	221.959	370.770	5.018.202	5.675.477
	<b>1.411.117</b>	<b>977.724</b>	<b>1.533.081</b>	<b>5.707.441</b>	<b>9.629.363</b>

<sup>27</sup> Líquidos dos efeitos do *hedge*.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	617.396	-	-	-	617.396
Taxas de juros pós-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos <sup>28</sup>	1.170.912	1.177.827	1.288.440	1.330.155	4.967.334
Debêntures e notas promissórias	2.300.147	103.145	336.269	674.756	3.414.317
Taxas de juros pré-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos	6.246	8.007	3.162	225	17.760
Concessões a pagar	70.508	233.817	382.627	5.107.630	5.794.583
	<b>4.165.209</b>	<b>1.522.796</b>	<b>2.010.498</b>	<b>7.112.766</b>	<b>14.811.390</b>

O ativo financeiro de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

#### e) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

Ainda com o objetivo de reduzir esse risco, em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo às usinas cuja energia estava vendida no ACR. Mais informações, vide Nota 9 – Repactuação de risco hidrológico a apropriar.

Em 01.01.2018, a garantia física das usinas hidrelétricas detidas pela Companhia totalizava 3.417,7 MW médios. No acordo retromencionado foram repactuados 1.344,5 MW médios, dos quais 1.243,7 MW médios, aproximadamente 92,5%, estão protegidos do risco hidrológico. A parcela das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda destinada ao ACR – 377,4 MW médios – é garantia pelo Poder Concedente e também está blindada a esse risco, vide Nota 10 – Ativo financeiro de concessão.

A fim de reduzir à exposição às oscilações do mercado de curto prazo, a ENGIE Brasil Energia mantém grande parte de seu portfólio de energia contratado no longo prazo. No mercado livre, a Companhia vende gradativamente a energia disponível, buscando valores atrativos e também a minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Assim, a comercialização é realizada à medida que o mercado revela maior propensão à compra. Adicionalmente, em razão da constante ocorrência de deficit de geração hidrelétrica nos últimos anos, optou-se por deixar maior volume da capacidade comercial descontratada no mercado de curto prazo e, sempre que necessário ou oportuno, adquirir energia de terceiros para repor os recursos próprios.

<sup>28</sup> Líquidos dos efeitos do *hedge*.



## f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	1.302.684	1.173.841	1.908.261	1.803.333
<b>Recebíveis e empréstimos</b>				
Caixa e depósitos bancários à vista	2.331	1.418	21.809	12.007
Contas a receber de clientes	689.885	505.348	1.058.469	824.079
Dividendos a receber de controladas	30.550	167.202	-	-
Combustível a reembolsar <sup>29</sup>	44.089	49.472	44.089	49.472
Depósitos vinculados	20.297	10.985	246.912	194.528
Ativo financeiro de concessão	-	-	2.547.367	-
<b>Operações de hedge</b>				
Hedge de valor justo sobre empréstimos	18.207	-	18.207	-
Hedge de fluxo de caixa sobre obrigações	-	-	-	3.455
	<b>2.108.043</b>	<b>1.908.266</b>	<b>5.845.114</b>	<b>2.886.874</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	408.772	211.777	617.396	371.149
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.300.237	371.478	1.300.516	372.040
Empréstimos e financiamentos	409.534	715.993	2.145.809	2.284.277
Debêntures e notas promissórias	830.564	804.455	2.940.475	804.455
Concessões a pagar	2.446.394	2.294.966	2.499.399	2.347.376
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos <sup>30</sup>	-	-	21.146	43.068
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>				
Empréstimos e financiamentos	1.670.132	-	1.670.132	-
<b>Operações de hedge</b>				
Hedge de fluxo de caixa sobre obrigações	-	-	1.944	21.846
	<b>7.065.633</b>	<b>4.398.669</b>	<b>11.196.817</b>	<b>6.244.211</b>

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1), exceto os empréstimos e financiamentos e as operações de *hedge*, os quais estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2).

## g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, nas debêntures e notas promissórias e nas concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

<sup>29</sup> Apresentado na rubrica "Outros ativos circulantes".

<sup>30</sup> Apresentado nas rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

	Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	409.534	411.432	715.993	728.513
Debêntures	830.564	844.201	804.455	841.565
Concessões a pagar	2.446.394	3.036.163	2.294.966	2.901.915
	<b>3.686.492</b>	<b>4.291.796</b>	<b>3.815.414</b>	<b>4.471.993</b>
	Consolidado			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	2.145.809	2.156.600	2.284.277	2.450.271
Debêntures e notas promissórias	2.940.475	2.957.676	804.455	841.565
Concessões a pagar	2.499.399	3.102.350	2.347.376	2.967.320
	<b>7.585.683</b>	<b>8.216.626</b>	<b>5.436.108</b>	<b>6.259.156</b>

## NOTA 21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda	146.410	82.763	155.502	101.779
Contribuição social	26.707	17.893	33.148	26.279
	<b>173.117</b>	<b>100.656</b>	<b>188.650</b>	<b>128.058</b>
(-) Tributos a compensar	(6.771)	(46.446)	(7.299)	(47.035)
	<b>166.346</b>	<b>54.210</b>	<b>181.351</b>	<b>81.023</b>

## NOTA 22 – OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PIS e Cofins	29.032	25.599	38.822	29.220
INSS	5.347	5.321	7.831	6.206
ICMS	1.426	2.662	22.502	21.021
ISSQN <sup>31</sup>	889	805	1.936	1.256
Royalties <sup>32</sup>	18.532	27.177	21.038	30.942
Taxa de fiscalização	1.161	1.187	1.415	1.438
Outros	2.099	2.003	2.236	2.166
	<b>58.486</b>	<b>64.754</b>	<b>95.780</b>	<b>92.249</b>
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(1.847)	(3.384)	(2.112)	(3.617)
	<b>56.639</b>	<b>61.370</b>	<b>93.668</b>	<b>88.632</b>

<sup>31</sup> Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

<sup>32</sup> Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos.

## NOTA 23 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para participação nos resultados e bônus	59.964	56.302	59.963	59.065
Provisão para férias	22.734	19.895	24.003	20.812
Salários e encargos sociais a pagar	4.377	8.462	4.873	8.878
Provisão para gastos com demissão voluntária	4.337	4.505	4.337	4.505
Outras	1.703	1.491	1.703	1.493
	<b>93.115</b>	<b>90.655</b>	<b>94.879</b>	<b>94.753</b>

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial – aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculado aos resultados das suas áreas e ao seu desempenho individual.

A Companhia também mantém reconhecida provisão para gastos com demissão voluntária, referente a colaboradores, inclusive administradores, que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária – PDV em 2016.

## NOTA 24 – PROVISÕES

As provisões são reconhecidas pela Companhia por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos quando, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro.

### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Cíveis</b>				
Compra de combustível	-	209.960	-	209.960
Desapropriações e servidões administrativas	35.019	31.817	35.019	31.817
Benefícios de aposentadoria	2.603	17.425	2.603	17.425
Ambientais	10.797	10.170	10.797	10.170
Ações diversas	14.905	14.916	21.696	20.138
	<b>63.324</b>	<b>284.288</b>	<b>70.115</b>	<b>289.510</b>
<b>Fiscais</b>	<b>6.812</b>	<b>6.929</b>	<b>7.137</b>	<b>7.270</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>10.860</b>	<b>10.806</b>	<b>11.122</b>	<b>10.948</b>
<b>Desmobilização de ativos de geração</b>	<b>1.000</b>	<b>19.379</b>	<b>1.000</b>	<b>19.379</b>
	<b>81.996</b>	<b>321.402</b>	<b>89.374</b>	<b>327.107</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>				
Passivo circulante	10.647	34.020	11.651	35.001
Passivo não circulante	71.349	287.382	77.723	292.106
	<b>81.996</b>	<b>321.402</b>	<b>89.374</b>	<b>327.107</b>

### a.1) Compra de combustível

Em 2017, em função de acordo judicial, a Companhia reverteu a provisão decorrente de ação judicial na qual se discutia a diferença de preço do gás natural fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017. Concomitantemente à reversão da provisão foi reconhecido o custo com o combustível estabelecido no acordo, no valor de R\$ 355.536, eliminando em grande parte os efeitos desse custo adicional no resultado operacional da Companhia.

### a.2) Desapropriações e servidões administrativas

A Companhia possui algumas ações judiciais impetradas por pessoas físicas e jurídicas que versam sobre os processos de desapropriações de áreas atingidas por reservatórios de determinadas usinas e de instituição de servidões administrativas das propriedades onde são construídas as linhas de conexão dos parques eólicos.

### a.3) Benefícios de aposentadoria

A provisão se refere, substancialmente, à ação ajuizada contra a ELOS – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social e a Eletrosul – Eletrosul Centrais Elétricas S.A., por participantes da fundação, por meio da qual requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria.

No terceiro trimestre de 2017, a Companhia, juntamente com a ELOS, firmou um acordo com 10 autores do processo. Diante disso, reverteu o montante de R\$ 15.613, sendo R\$ 4.353 relativos ao acordo e R\$ 11.260 em virtude de provisão acima do montante acordado. A ação prossegue na esfera judicial, restando ainda três participantes como contraparte.

### a.4) Desmobilização de ativos de geração

Em dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato de desmobilização da Usina Termelétrica Charqueadas, onde a empresa contratada se responsabiliza pela desmontagem, retirada e transporte dos ativos da Usina e, em contrapartida, tem o direito de auferir os benefícios financeiros da venda dos ativos. Em função desse acordo vantajoso aos interesses da Companhia, parte expressiva dos custos futuros inicialmente previstos com a desmobilização foi revertida em 2017.

### b) Mutação das provisões

	Controladora				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Desmobilização	Total
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>253.939</b>	<b>4.847</b>	<b>9.389</b>	<b>-</b>	<b>268.175</b>
Adições	194	2.783	92	19.379	22.448
Atualizações	32.151	413	1.348	-	33.912
Pagamentos	(48)	(58)	(23)	-	(129)
Reversões por revisão	(1.948)	(1.056)	-	-	(3.004)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>284.288</b>	<b>6.929</b>	<b>10.806</b>	<b>19.379</b>	<b>321.402</b>
Adições	52	-	-	-	52
Atualizações	14.443	458	900	-	15.801
Pagamentos	(224.192)	-	(345)	(3.863)	(228.400)
Reversões por revisão	(11.267)	(575)	(501)	(14.516)	(26.859)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>63.324</b>	<b>6.812</b>	<b>10.860</b>	<b>1.000</b>	<b>81.996</b>

	Consolidado				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Desmobilização	Total
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>257.450</b>	<b>5.142</b>	<b>10.008</b>	<b>-</b>	<b>272.600</b>
Adições	1.686	2.828	369	19.379	24.262
Atualizações	32.657	416	1.348	-	34.421
Pagamentos	(48)	(58)	(24)	-	(130)
Reversões por revisão	(2.054)	(1.058)	(753)	-	(3.865)
Outros	(181)	-	-	-	(181)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>289.510</b>	<b>7.270</b>	<b>10.948</b>	<b>19.379</b>	<b>327.107</b>
Adições	1.226	6	120	-	1.352
Atualizações	14.846	553	900	-	16.299
Pagamentos	(224.308)	-	(345)	(3.863)	(228.516)
Reversões por revisão	(11.267)	(692)	(501)	(14.516)	(26.976)
Outros	108	-	-	-	108
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>70.115</b>	<b>7.137</b>	<b>11.122</b>	<b>1.000</b>	<b>89.374</b>

### c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em processos judiciais que, na avaliação de seus consultores jurídicos e de sua Administração, não apresentam risco provável de desembolso futuro e, por esse motivo, os valores relativos a esses processos não são provisionados.

	31.12.2017			31.12.2016		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
<b>Controladora</b>						
Fiscais e previdenciárias	272.636	228.166	500.802	258.990	210.611	469.601
Cíveis	105.589	136.579	242.168	98.694	128.071	226.765
Trabalhistas	6.442	132.025	138.467	6.736	109.830	116.566
	<b>384.667</b>	<b>496.770</b>	<b>881.437</b>	<b>364.420</b>	<b>448.512</b>	<b>812.932</b>
<b>Consolidado</b>						
Fiscais e previdenciárias	348.509	249.898	598.407	331.483	230.981	562.464
Cíveis	122.334	136.673	259.007	121.855	128.153	250.008
Trabalhistas	10.077	143.737	153.814	9.989	112.396	122.385
	<b>480.920</b>	<b>530.308</b>	<b>1.011.228</b>	<b>463.327</b>	<b>471.530</b>	<b>934.857</b>

#### c.1) Riscos fiscais

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são estes:

##### - Recuperação do PIS e da Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718, ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas. A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, em 01.09.2006, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

O principal valor computado na base de cálculo do PIS e da Cofins, referia-se à rubrica contábil denominada “Receita de Subvenção CCC”, na qual era contabilizado o reembolso dos combustíveis fósseis para geração de energia termelétrica adquiridos com recursos da CCC. Em 2006, a Aneel procedeu à alteração do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para refletir a contrapartida em conta retificadora dos custos de operação e não mais como receita.

Em razão do reconhecimento, pela Aneel, de que o procedimento contábil até então adotado estava inadequado, a Companhia compensou, também, os valores recolhidos a maior relativamente ao período de 2004 a 2005.

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, já incluídos os juros e as multas, alegando que a Subvenção CCC representa faturamento, sendo obrigatória a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado e que, portanto, era indevida a compensação efetuada. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade em 31.03.2009, que em 30.04.2014, a RFB, por meio de acórdão emitido pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis reconheceu o direito creditório discutido nos autos e as compensações foram homologadas em sua integralidade, resultando na extinção dos débitos.

No que se refere ao período compreendido entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005, a RFB expediu 44 autos de infração, que corresponde a uma parte do valor compensado, sob a alegação de que o consumo de combustível fóssil de responsabilidade da CCC tem natureza de receita. A Companhia apresentou manifestação de inconformidade em relação a todos os processos, as quais foram julgadas pelas respectivas delegacias de julgamento em desfavor da Companhia, que, por sua vez interpôs recurso voluntário contra essas decisões.

Dos 44 processos que foram remetidos ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), apenas um processo foi julgado favorável à Companhia, por unanimidade de votos, que anulou o Despacho Decisório, no valor de R\$ 117. Dos 43 processos restantes que se encontravam no CARF, bem como, na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), 11 já foram julgados, no valor de R\$ 7.570, com decisão desfavorável à Companhia. Após essa decisão, a Administração da ENGIE Brasil Energia ingressou com pedido de análise de Recurso Especial na CSRF, os quais também foram negados. Diante do fato alterou-se a classificação de risco dos processos para risco possível.

Em decorrência do não seguimento dos Recursos Especiais, em última e definitiva instância administrativa, a Companhia ingressou, em 18.11.2015, com ação declaratória de inexistência de relação jurídico tributária contra a Fazenda Nacional, com referência aos 11 créditos tributários constituídos pela RFB, em virtude da não homologação de compensação de valores pagos a maior a título do PIS e da Cofins. Em 31.12.2016, o montante ajuizado totaliza R\$ 8.152 e encontra-se concluso para decisão.

Os processos pendentes de julgamento na esfera administrativa e judicial totalizam, em 31.12.2017, R\$ 131.767 (R\$ 125.818 em 31.12.2016), na controladora e no consolidado.





### **- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)**

Refere-se à autuação da Companhia e sua controlada direta EBC pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (FESP), sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do Fisco, essa prática posterga em 1 mês o recolhimento do imposto devido ao Estado. A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual ele está conectado, até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento. Portanto, somente após a medição é possível faturar a energia consumida pelo cliente. Assim, o procedimento adotado pela Companhia e pela EBC estaria de acordo com a prática usual do setor elétrico nacional, não merecendo prosperar o entendimento do Fisco do estado de São Paulo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a Administração e seus consultores jurídicos entendem que a totalidade dos lançamentos dos débitos pelo Fisco está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda. Os autos de infração estão sendo contestados judicialmente pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31.12.2017, é de R\$ 16.160 (R\$ 15.572 em 31.12.2016), na controladora, e de R\$ 75.038 (R\$ 95.459 em 31.12.2016), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do valor acima citado, lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

### **- Denúncia espontânea**

O dispositivo de “denúncia espontânea” permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Uma vez que a RFB aceita recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, medidas judiciais.

Em 18.05.2012, na esfera administrativa, a RFB cientificou a ENGIE Brasil Energia de Acórdão proferido pelo CARF, conferindo decisão favorável à Companhia por unanimidade de votos e, judicialmente, também obteve decisão favorável em um processo, cujo montante era R\$ 140. No entanto, em 2015, três processos administrativos, no valor de R\$ 13.187, tiveram decisões desfavoráveis à Companhia que, por estarem esgotados quaisquer recursos nessa esfera, ingressou, em dezembro de 2015, com ações judiciais, ainda pendentes de julgamento.

O montante dos processos, administrativos e judiciais, atualizados em 31.12.2017 é R\$ 58.259, classificados como risco possível, e R\$ 5.589, classificados como risco remoto (em 31.12.2016, o total era R\$ 61.910), na controladora e no consolidado.

### **- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea**

A Companhia utilizou base negativa de CSLL proveniente de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária no ano de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida Medida Provisória – MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento de Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração que faz referência à utilização de base negativa da CSLL no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação, cujo risco de perda foi avaliado como possível, em 31.12.2017 é de R\$ 27.746 (R\$ 26.959 em 31.12.2016), na controladora e no consolidado.

### **c.2) Riscos cíveis**

Os principais riscos de natureza cíveis avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são estes:

#### **- Ambientais**

Os objetos destas ações estão divididos desta forma: (i) ações para a implantação de eclusa, escada para peixes e “destoca”; (ii) ações requerendo a implantação de reflorestamento e a constituição de Área de Preservação Permanente (APP) de cem metros no entorno dos reservatórios de duas usinas; e (iii) outras ações relativas a supostos danos causados pelo enchimento do reservatório de uma usina, ao despejo de cinzas em áreas supostamente inadequadas, à influência da operação da uma usina em um rio, à construção de um parque eólico e ao processo de licenciamento ambiental de duas PCH.

Em 2016, a Administração da Companhia e seus assessores jurídicos reavaliaram o risco de perda de provável para possível de duas ações desse objeto, bem como, reavaliaram o valor destas ações de R\$ 2.151 para R\$ 19.000. O valor relacionado a essas causas em 31.12.2017 é de R\$ 53.000 (R\$ 46.548 em 31.12.2016), na controladora e no consolidado.

#### **- Contrato com fornecedores**

Refere-se a ação de indenização ajuizada por antigo fornecedor de energia requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato, bem como a sua rescisão por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Em novembro de 2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido do reclamante, o qual se opôs à sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), cuja decisão não promoveu alterações significativas. Novos Embargos de Declaração foram interpostos pela reclamante, inadmitidos pelo TJSC. O montante relacionado a essa causa em 31.12.2017 é de R\$ 34.542 (R\$ 32.909 em 31.12.2016), na controladora e no consolidado.

## **NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA**

A Companhia oferece planos de benefícios de previdência complementar aos seus empregados por meio da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar. A fundação é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo ENGIE estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o Plano BD da ELOS, também fechado para novas adesões. Esse Plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG. As principais características dos planos administrados pela Companhia são estas:

### **a) Plano de Benefício Definido (BD)**

O Plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do Plano é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição dos participantes. Os benefícios previstos no Plano são estes: (i) complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade; (ii) complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; (iii) complementação de pensão; (iv) complementação de auxílio reclusão; (v) abono anual; e (vi) auxílio funeral.

Em 31.12.2017, na PREVIG, esse Plano possuía 11 participantes ativos (16 em 31.12.2016). Já na ELOS, esse Plano possuía três participantes em 31.12.2017 (três em 31.12.2016). Nesta mesma data, a PREVIG tinha 423 (430 em 31.12.2016) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios e a ELOS 2.077 (2.099 em 31.12.2016).

### **b) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)**

A Companhia mantém ainda um Plano CD na PREVIG, denominado “Prevflex”, que foi instituído em 2005. Aos empregados da ENGIE Brasil Energia na data de sua instituição foi permitido escolher entre permanecer no Plano BD ou ser transferido para o Prevflex (CD).

Entretanto, para os participantes que atendessem a algumas pré-condições estabelecidas quando da criação do Prevflex, houve a opção de manter as reservas existentes naquela data no Plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no Plano CD. Esse Plano foi denominado “BSPS”, que está fechado para novas adesões. Porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o Plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes.

Em 31.12.2017, esse Plano possuía 20 participantes ativos (37 em 31.12.2016) e 70 aposentados e pensionistas em gozo de benefícios (54 em 31.12.2016).

### c) Composição das obrigações com benefícios de aposentadoria

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas	15.666	181.924	197.590	13.843	178.797	192.640
Contribuição e custo do serviço corrente	159	-	159	211	89	300
Deficit não contratado	14.858	99.047	113.905	13.165	93.362	106.527
<b>Passivo atuarial registrado</b>	<b>30.683</b>	<b>280.971</b>	<b>311.654</b>	<b>27.219</b>	<b>272.248</b>	<b>299.467</b>

As obrigações com benefícios de aposentadorias reconhecidas no balanço patrimonial estão parcialmente cobertas por obrigações contratadas e/ou reconhecidas por meio de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

A expectativa de liquidação dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é esta:

	ELOS	PREVIG	Total
2019	12.949	3.119	16.068
2020	13.709	3.306	17.015
2021	14.513	3.505	18.018
2022	15.364	2.144	17.508
2023	16.266	1.463	17.729
2024 a 2028	74.145	227	74.372
2029 a 2032	21.214	-	21.214
	<b>168.160</b>	<b>13.764</b>	<b>181.924</b>

### d) Demonstrativo das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidas

	Planos			GC*	Total
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS		
<b>31.12.2016</b>					
Valor presente das obrigações	1.249.850	327.691	62.657	3.229	1.643.427
Valor justo dos ativos	(972.906)	(317.415)	(70.471)	-	(1.360.792)
<b>Avaliação Atuarial</b>	<b>276.944</b>	<b>10.276</b>	<b>(7.814)</b>	<b>3.229</b>	<b>282.635</b>
Excedente de obrigações contratadas	-	7.580	9.252	-	16.832
<b>Passivo registrado em 31.12.2016</b>	<b>276.944</b>	<b>17.856</b>	<b>1.438</b>	<b>3.229</b>	<b>299.467</b>
<b>31.12.2017</b>					
Valor presente das obrigações	1.307.730	347.174	64.533	3.265	1.722.702
Valor justo dos ativos	(1.016.086)	(331.842)	(75.296)	-	(1.423.224)
<b>Avaliação Atuarial</b>	<b>291.644</b>	<b>15.332</b>	<b>(10.763)</b>	<b>3.265</b>	<b>299.478</b>
Excedente de obrigações contratadas	-	215	11.961	-	12.176
<b>Passivo registrado em 31.12.2017</b>	<b>291.644</b>	<b>15.547</b>	<b>1.198</b>	<b>3.265</b>	<b>311.654</b>

(\*) Gratificação de Confidencialidade.



**e) Composição dos ativos dos planos por natureza de investimentos, em 31.12.2017**

	Planos		
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS
Renda fixa	93,3%	98,4%	100,0%
Empréstimos	3,0%	1,6%	-
Imóveis	3,2%	-	-
Outros	0,5%	-	-
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Variações do valor de mercado dos ativos	8,5%	7,0%	6,1%

Os ativos de renda fixa são compostos, predominantemente, por Títulos Públicos Federais, substancialmente, as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

**f) Mutação do passivo atuarial**

	Planos			GC	Total
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS		
<b>Passivo registrado em 01.01.2016</b>	<b>255.001</b>	<b>18.516</b>	<b>1.520</b>	<b>2.704</b>	<b>277.741</b>
Contribuição e custo do serviço corrente	(105)	(818)	(310)	(752)	(1.985)
Pagamentos de obrigações contratadas	(16.282)	(3.387)	(306)	-	(19.975)
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	34.034	1.968	166	263	36.431
<b>Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido:</b>					
Ajuste pela experiência demográfica	55.952	19.417	6.782	922	83.073
Mudanças nas premissas financeiras	150.714	33.119	6.591	90	190.514
Mudanças nas premissas demográficas	(11.632)	5.312	(89)	2	(6.407)
Retorno sobre os ativos inferior à taxa de desconto	(139.051)	(42.972)	(9.593)	-	(191.616)
Mudanças nos limites de superavit e deficit	-	(13.299)	(3.323)	-	(16.622)
Equacionamento de deficit assumido pelos participantes	(51.687)	-	-	-	(51.687)
	<b>4.296</b>	<b>1.577</b>	<b>368</b>	<b>1.014</b>	<b>7.255</b>
<b>Passivo registrado em 31.12.2016</b>	<b>276.944</b>	<b>17.856</b>	<b>1.438</b>	<b>3.229</b>	<b>299.467</b>
Contribuição e custo do serviço corrente	982	(1.002)	(8)	(484)	(512)
Pagamentos de obrigações contratadas	(21.899)	(3.502)	(316)	-	(25.717)
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	29.314	1.718	140	274	31.446
<b>Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido:</b>					
Ajuste pela experiência demográfica	61.645	(217)	3.306	177	64.911
Mudanças nas premissas financeiras	2.221	16.387	(1.241)	(2)	17.365
Mudanças nas premissas demográficas	(16.152)	(5.654)	(2.654)	71	(24.389)
Retorno sobre os ativos inferior à taxa de desconto	(33.919)	(1.840)	(1.154)	-	(36.913)
Mudanças nos limites de superavit e deficit	-	(8.199)	1.687	-	(6.512)
Equacionamento de deficit assumido pelos participantes	(7.492)	-	-	-	(7.492)
	<b>6.303</b>	<b>477</b>	<b>(56)</b>	<b>246</b>	<b>6.970</b>
<b>Passivo registrado em 31.12.2017</b>	<b>291.644</b>	<b>15.547</b>	<b>1.198</b>	<b>3.265</b>	<b>311.654</b>

**g) Despesas líquidas a serem reconhecidas no resultado ao longo do ano de 2018**

	Planos			GC	Total
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS		
Juros sobre os passivos, líquidos dos ativos	26.258	1.288	98	224	27.868
Custo do serviço corrente	-	63	-	131	194
<b>Despesas líquidas</b>	<b>26.258</b>	<b>1.351</b>	<b>98</b>	<b>355</b>	<b>28.062</b>

**h) Premissas atuariais adotadas**

Premissas	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de desconto e de retorno implícito (a.a.)		
Plano ELOS BD	9,4%	11,0%
Plano PREVIG BD	9,4%	11,0%
Plano PREVIG BSPS	9,5%	11,0%
GC	8,6%	12,3%
Inflação	4,0%	5,0%
Crescimento salarial futuro (a.a.)		
Planos ELOS BD, PREVIG BD e GC	4,0%	5,0%
Plano PREVIG BSPS	4,6%	5,0%
Crescimento dos benefícios (a.a.)	4,0%	5,0%
Fator de capacidade (salários e benefícios)	100,0%	100,0%

Hipóteses	31.12.2017	31.12.2016
Tábua de Mortalidade (ativos)		
Plano ELOS BD	AT-2000 (unissex, sendo 33,53% feminino e 66,47% masculino)	AT-2000 (unissex, sendo 31,38% feminino e 68,62% masculino)
Planos PREVIG BD e BSPS e GC	AT-2000 (masculina, suavizada em 10%)	AT-2000 (por sexo, suavizada 10%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1983 (IAM) Masculina	AT-1983 (IAM) Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
% de ativos casados na data da aposentadoria		
Planos PREVIG BD e BSPS	85	85
Idade de Aposentadoria	1ª data a completar todas as carências	1ª data a completar todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge		
Plano PREVIG BSPS	Esposas 4 anos mais jovens que os maridos	Esposas 4 anos mais jovens que os maridos
Plano PREVIG BD	Esposas 5 anos mais jovens que os maridos	Esposas 5 anos mais jovens que os maridos

A premissa de composição familiar ("Família Média") é adotada especificamente nas projeções relativas aos participantes em atividade, sendo que para as projeções relativas aos assistidos dos planos (aposentados e pensionistas), considerou-se as informações constantes nas bases cadastrais ("Família Real").

Não foi adotada premissa de composição familiar para o Plano ELOS BD, pois todos os compromissos com os dependentes foram projetados considerando as informações constantes na base cadastral ("Família Real"), inclusive os três participantes ativos, os quais estão em Benefício Proporcional Diferido (BPD) e já podem solicitar o início do recebimento do benefício.



## i) Análise de sensibilidade

	Planos			GC
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	
<b>Efeito no valor presente das obrigações</b>				
Aumento de 0,1 p.p. na taxa de desconto	(11.592)	(3.390)	(672)	(12.382)
Redução de 0,1 p.p. na taxa de desconto	11.771	3.449	685	12.537

## j) Benefício de Gratificação de Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

## k) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do Plano BD e BSPS, a PREVIG administra o Plano CD, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano. O patrimônio do Plano CD em 31.12.2017 era R\$ 920.273 (R\$ 820.619 em 31.12.2016).

## NOTA 26 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

### a) Composição

Natureza dos créditos	Base de cálculo	Controladora			Total
		31.12.2017		31.12.2016	
		IR	CS	Total	
<b>Passivo:</b>					
Depreciação acelerada	794.763	198.691	71.529	270.220	223.602
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	609.259	152.315	54.833	207.148	226.058
Venda no MAE (atual CCEE) não realizada	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Encargos financeiros capitalizados	66.487	16.622	5.984	22.606	22.562
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	36.920	9.230	3.323	12.553	13.303
Ganhos não realizados em operações de <i>hedge</i>	12.282	3.071	1.105	4.176	-
Outros	4.221	1.055	380	1.435	1.143
		<b>407.848</b>	<b>146.825</b>	<b>554.673</b>	<b>523.203</b>
<b>Ativo:</b>					
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	129.166	32.292	11.625	43.917	43.917
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	122.797	30.699	11.052	41.751	53.417
Obrigações com benefícios de aposentadoria	114.021	28.505	10.262	38.767	36.306
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	103.763	25.941	9.339	35.280	36.603
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	73.096	18.274	6.579	24.853	99.523
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	62.435	15.609	-	15.609	19.247
Outros	42.036	10.509	3.783	14.292	20.078
		<b>161.829</b>	<b>52.640</b>	<b>214.469</b>	<b>309.091</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>246.019</b>	<b>94.185</b>	<b>340.204</b>	<b>214.112</b>

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.12.2017				31.12.2016
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
<b>Passivo:</b>					
Depreciação acelerada	987.631	246.908	88.887	335.795	277.274
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	609.259	152.315	54.833	207.148	226.058
Encargos financeiros capitalizados	360.217	90.054	32.420	122.474	66.553
Venda no MAE (atual CCEE) não realizada	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	36.920	9.230	3.323	12.553	13.303
Remuneração do ativo financeiro de concessão	34.935	8.734	3.144	11.878	-
Amortização da parcela alocada em ativo financeiro de concessão	26.691	6.673	2.402	9.075	-
Ganhos não realizados em operações de <i>hedge</i>	12.282	3.071	1.105	4.176	1.175
Outros	4.221	1.055	380	1.435	1.143
		<b>544.904</b>	<b>196.165</b>	<b>741.069</b>	<b>622.041</b>
<b>Ativo:</b>					
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	131.305	32.826	11.817	44.643	44.643
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	121.837	30.459	10.965	41.424	52.816
Obrigações com benefícios de aposentadoria	114.021	28.505	10.262	38.767	36.306
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	103.763	25.941	9.339	35.280	36.603
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	78.388	19.597	7.055	26.652	100.794
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	62.435	15.609	-	15.609	19.247
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	52.332	13.083	4.710	17.793	-
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	34.091	8.523	3.068	11.591	12.791
Prejuízo fiscal e base negativa de CS	40.358	10.090	3.632	13.722	-
Ganhos em operações de <i>hedge</i> capitalizados	-	-	-	-	15.677
Outros	54.305	13.558	4.907	18.465	28.524
		<b>198.191</b>	<b>65.755</b>	<b>263.946</b>	<b>347.401</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>346.713</b>	<b>130.410</b>	<b>477.123</b>	<b>274.640</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>					
Passivo		369.329	138.576	507.905	311.331
Ativo <sup>33</sup>		(22.616)	(8.166)	(30.782)	(36.691)
<b>Total</b>		<b>346.713</b>	<b>130.410</b>	<b>477.123</b>	<b>274.640</b>

## b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>369.210</b>	<b>543.768</b>
Impostos diferidos no resultado	(152.631)	(117.913)
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(2.467)	(151.215)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>214.112</b>	<b>274.640</b>
Impostos diferidos no resultado	128.462	199.261
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(2.370)	3.222
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>340.204</b>	<b>477.123</b>

<sup>33</sup> Valor apresentado na rubrica "Outros ativos não circulantes"

### c) Expectativa de realização e exigibilidade

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2018	50.739	65.022	55.322	67.788
2019	56.018	43.492	69.364	46.407
2020	12.058	19.066	19.737	25.639
2021	10.166	36.251	12.738	42.827
2022	11.730	39.336	14.152	45.764
2023	10.880	28.529	13.173	34.823
2024 a 2028	33.060	133.470	42.119	186.759
2029 a 2033	28.905	121.091	36.428	175.727
2034 em diante	913	68.416	913	115.335
	<b>214.469</b>	<b>554.673</b>	<b>263.946</b>	<b>741.069</b>

## NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Conforme o regulamento de listagem do Novo Mercado da B3, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos exercícios de 2017 e 2016.

### b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2017 e 31.12.2016, é R\$ 2.829.056, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2017 é R\$ 10,47 (R\$ 10,13 por ação em 31.12.2016).

O quadro societário da Companhia, em 31.12.2017 e 31.12.2016, era este:

Acionistas	Participação no Capital
ENGIE Brasil Participações Ltda.	68,71%
Banco Clássico S.A.	10,00%
Demais acionistas	21,29%
	<b>100,00%</b>

Em 31.12.2017 e 31.12.2016, a quantidade de ações da Companhia em poder de seus administradores era 374.628 e 374.328 ações, respectivamente.

## c) Reservas de lucros

### c.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

### c.2) Reservas de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

### c.3) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação de novas usinas, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação em outras sociedades.

## d) Ajustes de avaliação patrimonial

### d.1) Custo atribuído

Conforme previsto nas normas contábeis, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foi registrada na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A realização dessa reserva é registrada em contrapartida da conta “Lucros acumulados”, na medida em que a depreciação ou a baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

### d.2) Outros resultados abrangentes

A conta registra estas variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos: (i) obrigações com os benefícios de aposentadoria dos planos de benefícios definidos patrocinados pela Companhia; e (ii) *hedges* de fluxo de caixa sobre compromissos futuros em moeda estrangeira firmados pela Companhia.

## e) Participação de acionista não controlador

Refere-se à participação acionária de terceiros de 5% no capital social da controlada indireta Ibitiúva.

## f) Lucro líquido básico e diluído

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido do período	2.003.412	1.547.303	2.004.559	1.548.301
Média ponderada de ações ordinárias	652.742.192	652.742.192	652.742.192	652.742.192
Lucro por ação básico e diluído – em R\$	3,0692	2,3705	3,0710	2,3720

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

## NOTA 28 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

### a) Cálculo

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Base de cálculo dos dividendos ajustada</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	2.003.412	1.547.303
Reserva legal	-	(76.658)
Reserva de incentivos fiscais	(37.614)	(17.703)
Realização do custo atribuído do imobilizado em lucros acumulados	34.375	34.399
<b>Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos</b>	<b>2.000.173</b>	<b>1.487.341</b>
<b>Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos</b>		
Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre	938.918	645.197
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido	361.319	368.160
Dividendos adicionais propostos	636.755	409.644
<b>Subtotal</b>	<b>1.936.992</b>	<b>1.423.001</b>
Imposto de renda retido sobre os juros sobre o capital próprio	63.181	64.340
<b>Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio anuais</b>	<b>2.000.173</b>	<b>1.487.341</b>
<b>Percentual do lucro líquido ajustado</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ordinária (em reais)</b>	<b>3,0642635985</b>	<b>2,2786046398</b>

### b) Mutação de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar<sup>34</sup>

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 01.01.2016</b>	<b>315.594</b>	<b>317.145</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados	1.287.196	1.287.291
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.162.928)	(1.164.012)
Transferência – Dividendos não reclamados	(4.044)	(4.044)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>435.818</b>	<b>436.380</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados	1.773.062	1.773.245
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(838.155)	(838.621)
Transferência – Dividendos não reclamados	(7.307)	(7.307)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>1.363.418</b>	<b>1.363.697</b>

### c) Política de dividendos

A política de dividendos estabelecida no Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, bem como estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

<sup>34</sup> Os valores incluem o montante de imposto de renda retido sobre juros sobre capital próprio.

#### **d) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2017**

##### **d.1) Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27.07.2017, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2017, no valor de R\$ 938.918, correspondente a R\$ 1,4384206188 por ação. O início dos pagamentos dos referidos dividendos ocorreu em 10.01.2018.

##### **d.2) Juros sobre o capital próprio**

Em 26.10.2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2017 a 31.12.2017, no valor bruto de R\$ 424.500, correspondente a R\$ 0,6503333249 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio da Companhia foi registrado contabilmente em 31.12.2017, com base na posição acionária de 09.11.2017. As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 10.11.2017.

Os juros, líquidos do imposto de renda retido na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva da Companhia.

##### **d.3) Dividendos adicionais propostos**

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 22.02.2018, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2017, no valor de R\$ 636.755 (R\$ 0,9755096548 por ação).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.





## NOTA 29 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 – Receitas, na tabela a seguir apresenta-se a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>				
Distribuidoras de energia elétrica	2.269.042	2.493.558	2.965.171	3.434.891
Comercializadoras de energia elétrica	1.950.123	1.800.412	670.578	362.043
Consumidores livres	268.437	272.675	3.496.497	3.133.989
Transações no mercado de curto prazo	313.674	70.549	499.867	128.912
Remuneração do ativo financeiro de concessão	-	-	47.917	-
Outras receitas	73.793	90.735	54.880	67.631
	<b>4.875.069</b>	<b>4.727.929</b>	<b>7.734.910</b>	<b>7.127.466</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
PIS e Cofins	(423.153)	(423.715)	(674.760)	(638.153)
ICMS	(11.980)	(10.248)	(11.980)	(10.248)
ISSQN	(1.807)	(1.705)	(1.807)	(1.705)
Pesquisa e desenvolvimento	(32.355)	(31.276)	(36.406)	(34.989)
	<b>(469.295)</b>	<b>(466.944)</b>	<b>(724.953)</b>	<b>(685.095)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>4.405.774</b>	<b>4.260.985</b>	<b>7.009.957</b>	<b>6.442.371</b>

Em 31.12.2017, a Companhia não possuía clientes que participavam individualmente com percentual superior a 5% da receita operacional líquida consolidada.

## NOTA 30 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

### a) Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados

	Controladora				Consolidado			
	Produção de energia elétrica		Serviços prestados		Produção de energia elétrica		Serviços prestados	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Combustível	442.809	131.005	-	-	454.600	141.000	-	-
Depreciação e amortização	407.570	412.054	-	-	639.899	622.060	-	-
Pessoal	187.480	214.127	24.601	24.245	193.188	218.553	24.637	24.280
Material e serviço de terceiro	137.496	119.328	4.744	4.790	201.532	178.662	4.744	4.790
<i>Royalties</i>	101.375	166.037	-	-	117.298	190.898	-	-
(Reversão) Constituição de provisão, líquida	(241.097)	23.757	-	-	(239.950)	24.400	-	-
Outros	60.428	58.846	1.489	1.269	76.802	72.400	1.489	1.269
	<b>1.096.061</b>	<b>1.125.154</b>	<b>30.834</b>	<b>30.304</b>	<b>1.443.369</b>	<b>1.447.973</b>	<b>30.870</b>	<b>30.339</b>

Os custos com pessoal incluem, além dos salários e dos encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, o seguro de vida em grupo, o auxílio creche às colaboradoras, o vale alimentação e transporte, a previdência privada, os cursos e treinamentos, entre outros.

## Pagamento baseado em ações

A ENGIE Brasil Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta ENGIE, sediada na França, mantém estes programas de ações para determinados executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; e (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação. Adicionalmente há o programa de cessão de ações gratuitas que abrange todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de prêmio em ações por desempenho têm vigência de 4 ou 5 anos e seus valores estão vinculados ao atingimento de determinados índices financeiros da ENGIE. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma redução nos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

Os custos envolvidos nesses programas são irrelevantes e integralmente pagos pela ENGIE, não cabendo à ENGIE Brasil Energia nenhum desembolso relativo a eles.

### b) Despesas com vendas, gerais e administrativas

	Controladora				Consolidado			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal	7.082	5.930	73.827	76.785	7.082	5.930	74.574	77.444
Administradores	-	-	24.832	22.030	-	-	26.331	22.143
Material e serviço de terceiro	278	325	45.564	39.818	3.944	4.588	46.261	40.639
Depreciação e amortização	-	-	9.017	8.155	-	-	9.048	8.186
Aluguéis	92	85	6.116	5.966	92	85	7.605	8.009
Fundos de pensão	-	-	7.777	6.473	-	-	7.777	6.473
Contribuições e doações	3.048	3.135	6.335	6.639	5.305	5.427	7.345	7.334
(Reversão) Constituição de provisão, líquida	-	-	(17.606)	1.117	-	-	(17.686)	1.074
Outros	11	249	17.389	13.187	924	1.216	17.362	13.946
	<b>10.511</b>	<b>9.724</b>	<b>173.251</b>	<b>180.170</b>	<b>17.347</b>	<b>17.246</b>	<b>178.617</b>	<b>185.248</b>

## NOTA 31 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	87.948	209.722	171.966	297.191
Juros sobre valores a receber	16.449	24.026	20.919	26.018
Variação monetária sobre depósitos judiciais	5.890	9.345	6.112	9.675
Renda de depósitos vinculados	1.066	1.231	19.324	21.866
Juros e variação monetária de decisão judicial	-	38.590	-	38.590
Outras receitas financeiras	3.400	4.338	5.162	4.581
	<b>114.753</b>	<b>287.252</b>	<b>223.483</b>	<b>397.921</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros e variação monetária sobre				
Concessões a pagar	214.188	333.194	220.742	341.315
Debêntures e notas promissórias	74.536	38.670	30.792	17.294
Empréstimos e financiamentos	67.405	83.174	127.297	178.500
Obrigações com benefícios de aposentadoria	31.446	36.431	31.446	36.431
Provisões	15.802	33.912	16.299	34.421
Hedge de valor justo sobre empréstimos	9.086	74.714	9.086	74.714
Transações no âmbito da CCEE	1.290	54.078	1.315	57.553
Outros	1.219	551	2.377	2.786
Variação cambial sobre				
Empréstimos	17.047	(181.654)	17.047	(181.654)
Hedge de valor justo sobre empréstimos	(17.047)	181.654	(17.047)	181.654
Ajuste a valor justo	1.735	1.986	1.735	1.986
Outras despesas financeiras	4.985	3.370	9.224	7.765
	<b>421.692</b>	<b>660.080</b>	<b>450.313</b>	<b>752.765</b>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>306.939</b>	<b>372.828</b>	<b>226.830</b>	<b>354.844</b>

## NOTA 32 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>2.408.587</b>	<b>2.408.587</b>	<b>1.893.431</b>	<b>1.893.431</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Despesa às alíquotas nominais</b>	<b>(602.147)</b>	<b>(216.773)</b>	<b>(473.358)</b>	<b>(170.409)</b>
<b>Diferenças permanentes:</b>				
Equivalência patrimonial	171.256	61.652	99.406	35.786
Juros sobre o capital próprio	106.125	38.205	108.125	38.925
Incentivos fiscais	40.695	-	20.119	-
Outros	(3.634)	(554)	(3.993)	(729)
	<b>(287.705)</b>	<b>(117.470)</b>	<b>(249.701)</b>	<b>(96.427)</b>
<b>Composição dos tributos no resultado</b>				
Corrente	(192.285)	(84.428)	(360.966)	(137.793)
Diferido	(95.420)	(33.042)	111.265	41.366
	<b>(287.705)</b>	<b>(117.470)</b>	<b>(249.701)</b>	<b>(96.427)</b>
	Consolidado			
	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>2.623.380</b>	<b>2.623.380</b>	<b>2.066.773</b>	<b>2.066.773</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Despesa às alíquotas nominais</b>	<b>(655.845)</b>	<b>(236.104)</b>	<b>(516.693)</b>	<b>(186.010)</b>
<b>Diferenças permanentes</b>				
Juros sobre o capital próprio	106.125	38.205	108.125	38.925
Incentivos fiscais	68.275	-	20.119	-
Variação entre bases do lucro real e presumido	33.701	10.760	11.332	2.976
Outros	11.516	4.546	1.523	1.231
	<b>(436.228)</b>	<b>(182.593)</b>	<b>(375.594)</b>	<b>(142.878)</b>
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
Corrente	(288.743)	(130.817)	(461.356)	(175.029)
Diferido	(147.485)	(51.776)	85.762	32.151
	<b>(436.228)</b>	<b>(182.593)</b>	<b>(375.594)</b>	<b>(142.878)</b>

## NOTA 33 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO			PASSIVO		
	Contas a receber			Fornecedor		JCP <sup>35</sup>
	Energia	Serviços	Dividendos	Energia	Outros	dividendos
<b>31.12.2017</b>						
EBC	182.214	207	-	3.995	-	-
CEE	-	-	25.204	-	-	-
Itasa	-	1.438	2.562	9.539	-	-
Jaguara	-	-	1.548	-	-	-
Miranda	-	-	926	-	-	-
Ceste	-	1.640	-	-	-	-
ECP e controladas	-	6.068	-	-	-	-
ENGIE Participações	-	471	-	-	-	893.081
Geramamoré <sup>36</sup>	-	-	-	9.421	-	-
ESBR <sup>37</sup>	-	-	-	1.349	-	-
Outros	-	203	310	-	393	-
	<b>182.214</b>	<b>10.027</b>	<b>30.550</b>	<b>24.304</b>	<b>393</b>	<b>893.081</b>
<b>31.12.2016</b>	<b>155.125</b>	<b>4.039</b>	<b>167.202</b>	<b>13.382</b>	<b>965</b>	<b>297.180</b>

### b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	Receita			Custo	Despesa	Receitas financeiras
	Suprimento de energia	Serviços de O&M	Serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	
<b>31.12.2017</b>						
EBC	1.950.123	-	387	35.429	-	-
CEE	1.253	-	387	-	-	-
Itasa	-	19.240	-	102.002	-	-
Ceste	-	21.832	-	-	-	-
Lages	4.293	2.671	226	-	-	-
Controladas ECP	242	-	2.549	-	-	-
Geramamoré	-	-	-	171.382	-	-
ESBR	-	-	-	15.173	-	-
Degremont <sup>38</sup>	-	-	-	-	2.547	-
Outras	-	-	387	-	1.492	-
	<b>1.955.911</b>	<b>43.743</b>	<b>3.936</b>	<b>323.986</b>	<b>4.039</b>	<b>-</b>
<b>31.12.2016</b>	<b>1.819.369</b>	<b>41.266</b>	<b>3.710</b>	<b>128.492</b>	<b>4.286</b>	<b>5.315</b>

As transações com partes relacionadas compreendem principalmente: (i) compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e de manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros.

<sup>35</sup> Juros sobre o capital próprio.

<sup>36</sup> Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda.

<sup>37</sup> Energia Sustentável do Brasil.

<sup>38</sup> Degremont Tratamento de Águas Ltda.

### c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são estes:

#### c.1) Compra e venda de energia

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.12.2017
Projeto Trairí	EBC	2032	IPCA	Janeiro	1.809.292
Itasa	EBE	2030	IGP-M	Janeiro	806.098
Itasa	EBE	2030	Δ dólar + Inflação EUA	Outubro	631.533
ESBR	EBE	2042	IPCA	Janeiro	418.244
EBC	CEE	2041	IPCA	Janeiro	413.654
Geramamoré	EBC	2018	IPCA	Janeiro	137.322
EBC	EBE	2019	IGP-M	Janeiro	905

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, preferencialmente, pela controlada direta EBC que, para atender aos seus compromissos contratuais, compra energia do Projeto Trairí e da parte relacionada Geramamoré.

No decorrer de 2017, a Companhia firmou contratos de compra de energia de curto prazo com a parte relacionada Geramamoré, com o propósito de gerenciamento de seu portfólio de energia. Estes contratos foram realizados em condições e por preços condizentes aos praticados no mercado.

#### c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 31.12.2017
Itasa	16.10.2030	IGP-M	278.434
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	185.523
Lages	31.03.2018	Reajuste salarial	684

A Companhia tem a estratégia de concentrar na ENGIE Brasil Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que elas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos de pessoal da Companhia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

#### c.3) Serviços administrativos e financeiros

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela ENGIE Brasil Energia. Os valores contratados são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é R\$ 6.404.

### d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES e os Bancos (Repasse BNDES). As principais garantias são estas:



Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.12.2017
BNDES e Repasse BNDES (Bancos)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CEE, Ibitiúva, Trairí, Guajiru, Fleixeiras I, Mundaú, Ferrari, Cacimbas, Estrela, Ouro Verde e Santa Mônica.	1.745.168

#### e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total, em 31.12.2017 é R\$ 242.649. Os vencimentos das garantias estão programados desta forma: R\$ 44.712 em 2018, R\$ 5.994 em 2019, R\$ 77.883 em 2020, R\$ 44.167 em 2021, R\$ 18.097 em 2022 e R\$ 51.796 em 2023.

A Companhia também é avalista na emissão de notas promissórias, realizadas pelas controladas diretas Jaguará e Miranda, com vencimentos em 22.11.2018 e valor total de R\$ 2.113.475.

Adicionalmente, a Companhia é fiadora da construção de três projetos vencedores do leilão de energia promovido pela Aneel em novembro de 2014 e 2015: a UTE Pampa Sul (294,5 MW médios), o Complexo Eólico Campo Largo (82,6 MW médios) e a Usina Fotovoltaica Assú V (30,0 MW médios) e do Leilão de Transmissão – Leilão nº 02/2017, promovido pela Aneel em 2017. Em 31.12.2017, o montante total dessas fianças é R\$ 144.434, cujos vencimentos são: R\$ 20.170 em 2018 e R\$ 124.264 em 2019.

#### f) Mútuo entre Ibitiúva e Andrade Açúcar e Alcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade – sua parte relacionada no Consórcio Andrade. O mútuo é atualizado pela variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.12.2017 é R\$ 14.234 (R\$ 15.574 em 31.12.2016).

#### g) Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração relacionada às pessoas chaves da administração em 31.12.2017 é R\$ 22.784 (R\$ 21.148 em 31.12.2016) na controladora e R\$ 24.283 (R\$ 21.161 em 31.12.2016) no consolidado. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da ENGIE Brasil Energia.

### NOTA 34 – SEGUROS

#### a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2018 e o valor da cobertura é R\$ 14.303.893 na controladora, e R\$ 18.289.159 no consolidado, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de usina	Controladora		Consolidado	
	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	9.028.399	1.964.594	13.298.853	2.216.443
Usinas termelétricas	2.189.807	1.074.887	2.189.807	1.074.888
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	45.671	535	1.288.814	296.135
	<b>11.263.877</b>	<b>3.040.016</b>	<b>16.777.474</b>	<b>3.587.466</b>

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 2.184.468, por evento.

#### **b) Riscos de engenharia**

Os projetos de construção da UTE Pampa Sul e do Complexo Eólico Campo Largo (Fase I) possuem seguro de risco de engenharia de R\$ 1.830.000 e R\$ 1.982.000, respectivamente, para todo o período da obra. Já a cobertura para o risco de responsabilidade civil é de R\$ 190.000 e R\$ 60.000, respectivamente.

#### **c) Outras coberturas**

A Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, responsabilidade civil de conselheiros, de diretores e de administradores, violência política e terrorismo, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus empregados e diretores.

#### **d) Sinistros**

Em abril de 2017, a Companhia sofreu sinistros na unidade geradora nº 2 da usina UTLA 1 do CTJL. Esta usina tem capacidade instalada de 100,0 MW, sendo composta por duas unidades geradoras idênticas de 50,0 MW cada uma, e capacidade comercial de 34,7 MW médios. A Companhia e a seguradora estão em fase de negociações quanto a avaliação das coberturas de danos materiais e de lucros cessantes decorrentes deste sinistro. A Companhia espera receber o valor no primeiro semestre de 2018.

Em dezembro de 2015, a Companhia sofreu sinistro em uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), gerando exposição de lucros cessantes de longo prazo (2016 a 2020) em função da atuação do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada (MRA). Em dezembro de 2017, a Companhia, após a evolução das negociações com a seguradora, reconheceu o valor de R\$ 22.062 referente a indenização de lucros cessantes de 2016 e de 2017. A indenização de lucros cessantes de 2018 a 2020 será reconhecida concomitante à exposição gerada pelo MRA. A Companhia espera que o recebimento das respectivas indenizações ocorra a partir de 2018.

---

### **NOTA 35 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**

A Companhia possui estes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

#### **a) Contrato de conexão**

A Companhia e suas controladas CEE e Trairí mantêm contratos de conexão com a Eletrosul, a Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) e a Transmissora Delmiro Gouveia (“TDG”). As vigências dos contratos irão até a data de extinção das concessões e das autorizações das unidades geradoras vinculadas aos contratos.

Em 31.12.2017, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R\$ 176.740 (R\$ 169.975 em 31.12.2016).

#### **b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CEE e Itasa e os Complexos Eólicos Trairi e Santa Mônica mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das concessões ou das autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2017, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R\$ 6.052.024 (R\$ 6.415.488 em 31.12.2016).

#### **c) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)**

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou das autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2017, o valor dos compromissos futuros derivados destes contratos totaliza R\$ 165.340 (R\$ 231.413 em 31.12.2016).

#### **d) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica**

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com estes níveis de contratação nos próximos 6 anos:

	MW médios					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Recursos próprios	4.085	4.627	4.716	4.725	4.738	4.736
Compras	1.081	786	492	367	356	283
Disponibilidade total	5.166	5.413	5.208	5.092	5.094	5.019
Disponibilidade contratada	4.566	4.700	4.306	3.786	3.276	2.851
% Contratados	88,39%	86,83%	82,68%	74,35%	64,31%	56,80%

#### **e) Contratos de operação e manutenção**

A Companhia e sua controlada Ferrari e os Complexos Eólicos Trairi e Santa Mônica mantêm contratos de operação e manutenção com terceiros. Os compromissos futuros, na data base de 31.12.2017, são de R\$ 245.389 (R\$ 164.729 em 31.12.2016).

#### **f) Modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório**

Em 26.10.2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório. O contrato foi assinado em 20.11.2017 com o fornecedor GE Energias Renováveis e irá resultar em um aumento na capacidade comercial da Usina de 13,9 MW médios. Os compromissos futuros são atualizados pelo IPCA e, na data base 31.12.2017, são de R\$ 156.637.

#### **g) Contratos para construção em andamento**

##### **g.1) Usina Termelétrica Pampa Sul (“Pampa Sul”)**

A Pampa Sul firmou contratos vinculados à construção de sua usina a carvão no estado do Rio Grande do Sul, após a comercialização de 294,5 MW médios, no leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014, a serem entregues a partir de 01.01.2019. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2017, são de R\$ 303.544 (R\$ 1.295.299 em 31.12.2016).

### g.2) Complexo Eólico Campo Largo ("CECL")

O CECL assinou contratos relacionados à implantação de 11 parques eólicos no estado da Bahia, dos quais cinco participaram do leilão acima mencionado, tendo sido comercializados 69,2 MW médios, a serem entregues a partir de 01.01.2019. Os compromissos futuros relativos aos contratos de construção, na data base de 31.12.2017, são de R\$ 1.339.070 (R\$ 1.515.544 em 31.12.2016).

### g.3) Complexo Eólico Umburanas

O Complexo Eólico Umburanas firmou contratos relacionados à implantação de 18 parques eólicos no estado da Bahia, com capacidade instalada de 360,0 MW, dos quais 257,5 MW serão destinados ao ACL e 102,5 MW foram comercializados no Leilão A-5/2014. O início do fornecimento deve ocorrer durante o ano de 2019. Os compromissos futuros correspondentes aos contratos de construção, na data base de 31.12.2017, são de R\$ 1.405.637.

### h) Repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no ACR. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2017, são de R\$ 119.092 (R\$ 116.204 em 31.12.2016).

## NOTA 36 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos destinados por controladas	421.649	287.674	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados	424.500	432.500	424.500	432.500
Provisão de desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	35.568	-	28.960	(4.967)
Compensação de imposto de renda e de contribuição social	33.216	103.475	45.367	133.092
Mensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria apresentadas em outros resultados abrangentes	6.970	7.255	6.970	7.255
Juros e variação monetária capitalizados	2.189	16.824	169.184	113.557
Fornecedores de imobilizado e de intangível	(9.757)	(13.035)	23.298	(27.035)
Ativo não circulante mantido para venda	-	-	16.035	339.641
Passivo não circulante mantido para venda	-	-	14.177	159.496
Valores a pagar vinculados à aquisição de investimentos	-	-	12.152	11.698

### - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O montante de R\$ 2.499.450, pago pela bonificação pela outorga das concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, classificado no balanço patrimonial consolidado da Companhia na rubrica de "Ativo financeiro de concessão", foi apresentado como fluxo de caixa das atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa consolidado. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais consolidado, expurgando-se tal pagamento não recorrente totalizaria o montante de R\$ 2.831.252. Cabe mencionar que os fluxos de caixa futuros decorrentes do recebimento deste ativo irão incrementar o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

---

## **NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **a) Aprovação de contratação de financiamentos**

Em 25.01.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de financiamento, junto ao BNDES, para implantação do Complexo Eólico Campo Largo – Fase I, no montante de R\$ 1.039.100. A Companhia está cumprindo com as obrigações prévias, enviando os documentos necessários, para então celebrar o contrato de financiamento.

Adicionalmente, na reunião de 22.02.2018, o Conselho de Administração aprovou a contratação de financiamento, junto ao BNDES, para implantação da UTE Pampa Sul, no montante de R\$ 728.950.

### **b) Revogação da autorização da Usina Termelétrica William Arjona**

Em 20.02.2018, em atendimento à solicitação da Companhia, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG da Aneel revogou a autorização da Usina Termelétrica William Arjona, cujas operações estavam paralisadas desde o início de 2017.

### **c) Dividendos adicionais propostos**

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 22.02.2018, aprovou a proposta de dividendos adicionais sobre o lucro ajustado do exercício findo em 31.12.2017, no montante de R\$ 636.755, ou R\$ 0,9755096548 por ação. Tal proposta deverá ser ratificada pela AGO, a quem caberá definir as condições de pagamento dos dividendos.

---

## **DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

Marcelo Cardoso Malta  
Gerente do Departamento de Contabilidade  
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC